Aprilede por maioris Franco SAVVIII PEREID

## ATA

DA

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO

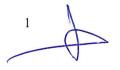
DE

**BARCELOS** 

SESSÃO DE 2022/04/22

copia copia





## ATA NÚMERO SEIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no
Auditório dos Paços do Concelho, reuniu, pelas vinte e uma horas, em sessão
ordinária, a Assembleia Municipal de Barcelos, depois de ter sido previamente
anunciada por edital datado de catorze de abril de dois mil e vinte e dois, o qual
foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade
para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:
ANTES DA ORDEM DO DIA
Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no
artigo décimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo décimo
terceiro do Regimento da Assembleia
ORDEM DO DIA
Ponto um – Discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas
do Exercício Económico de dois mil e vinte e um;
Ponto dois – Apreciação da proposta da Câmara Municipal relativa à
atualização do Inventário do Património Municipal;
Ponto três – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de
concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias e Uniões de
Freguesias do concelho de Barcelos, no âmbito do Orçamento Participativo;
Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de
alteração do Mapa de Pessoal do Município de Barcelos;
Ponto cinco – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara



Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município
Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes,
nomeadamente:
Abel da Silva Sá, Agostinho Martins da Silva, Alberto Manuel da Silva
Fernandes, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, Ana Cristina da Silva Cortez,
Ângela Flávia da Silva Sousa, António Augusto Martins de Carvalho, António da
Costa Neves, António Fernandes Jardim, António Manuel Faria da Costa,
António da Silva Gonçalves do Vale, António Silva Pereira, Armindo Manuel da
Costa Vilas Boas, Augusto Fonseca da Silva Dias, Bruna Filipa Lopes Teixeira,
Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Carlos Miguel
da Silva Dantas, Casimiro da Silva Rodrigues, Daniel Fernandes Azevedo, David
Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira Carvalho,
Domingos Alberto Meneses Costa, Domingos Pereira de Araújo, Fernando Jorge
Ramos Lima, Fernando Santos Pereira, Filipe Senra de Oliveira, Firmino Manuel
Lopes da Silva, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hélder Duarte
Grácio Tomé, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Isaías da Silva Macedo Gomes, Ivone
Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, João José Longras
Maciel, João Maurício Campos Barros, João Paulo Pereira Dias, João Pedro
Ribeiro Gomes, Joaquim Pinto do Vale, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge
César Fernandes da Silva, Jorge Manuel Martins Fernandes, José António Gomes
Coelho, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito
Faria, José Cardoso Rodrigues, José Carlos Magalhães Vilas Boas, José Carlos da
Silva Brito, José Casanova Ferreira, José da Costa Faria, José da Costa Monteiro,
José Fernandes de Sousa, José Luís Dias Pereira, José Luís Miranda Vilas Boas,
José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Cruz
Batista, José Miguel Rodrigues Durães, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias,
José Rui da Costa Alves Peixoto, Liliana Carina Barreiro Faria, Liliana Cristina da





Costa Faria, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Luís Miguel Gomes Barbosa da Costa Pereira, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel da Cruz Duarte Cardoso, Manuel Fernandes Pereira, Manuel Fernandes de Sousa, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel Oliveira Gomes, Manuel Simões Correia, Manuel Vasconcelos Dias, Maria Arminda Silva Cruz, Maria da Conceição da Costa Araújo, Maria Elisabete Barreto da Silva, Maria Elisabete Fernandes da Cunha, Maria de Fátima Ferreira Faria, Maria Isabel Sá Venda, Maria José Correia Simões, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Miguel Ângelo Silva Pereira, Miguel Jorge da Costa Gomes, Nélson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Miguel Machado Martins, Patrick Silva Sousa, Paula Cristina Leiras Belchior, Paula Maria Barbosa Lopes, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Filipe Soares de Sousa, Ricardo Bruno Ferreira de Vasconcelos, Ricardo Tomé Ribeiro Guimarães, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rosa Maria Fernandes da Costa, Rosa dos Prazeres Nascimento da Costa Faria, Rui Manuel Dias Faria, Rui Sérgio Gomes Azevedo, Sandra Cristiana Ferreira Simões Soares, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Tânia Cristina Macedo Ferreira, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo da Silva Dias, Vítor António Martins Ferreira.----------Faltaram os seguintes membros:------------Andreia Raquel Faria de Castro, António Cardoso da Silva, Armando Ricardo Pereira Costa, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, João Paulo da Silva Ferreira, Marisa Alexandra Silva Pereira, Natalina de Sá.-----------INÍCIO DOS TRABALHOS------INÍCIO DOS TRABALHOS





PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito boa noite a todos
Declaro aberta esta sessão da Assembleia Municipal
Vamos ao período de informações que a mesa vai prestar à Assembleia
Informo os senhores deputados que no dia oito de abril reuniu a
Comissão Municipal de Saúde, foi a sua sexta reunião. As reuniões têm
continuado e vamos dar essa mesma continuação com o ciclo de audiências
Eu peço desculpa aos senhores deputados, eu não sei o que é que se
passa hoje, mas hoje estão uns diálogos e umas reuniões, além de estarem
dentro do auditório estão mesmo dentro das bancadas parlamentares. Eu pedia
um pouco de atenção porque a sessão está aberta e a senhora segunda
secretária vai informar as substituições de mandato que ocorreram
SEGUNDA SECRETÁRIA – Foram substituídos os seguintes senhores deputados
municipais:
Manuel António Gonçalves Mota da Silva;
Substituta: Maria da Conceição da Costa Araújo;
Joaquim Manuel Araújo Barbosa;
Substituto: Patrick Silva Sousa;
Catarina Marina Faria Duarte;
Substituta: Andreia Raquel Faria de Castro;
Ilda Maria Ferreira Trilho Silva;
Substituto: Sebastião Lemos Ferreira;
Clara Magda Ribeiro Barbosa;
Substituto: Domingos Pereira de Araújo;
José António Maciel Beleza Ferraz;
Substituta: Marisa Alexandra Silva Pereira;
José Carlos Esteves da Costa;
Substituto: José Fernandes de Sousa;
Jubstituto, jose i cilianues de jousa,





Cristiana Carneiro Faria;
Substituto: Manuel da Cruz Duarte Cardoso;
Helena Isabel Gomes de Araújo;
Substituta: Maria Elisabete Fernandes da Cunha;
João Alberto Novais Alves;
Substituto: Ricardo Tomé Ribeiro Guimarães;
José Maria Barbosa Cardoso;
Substituta: Bruna Filipa Lopes TeixeiraSubstituta: Bruna Filipa Lopes Teixeira
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora segunda secretária
Íamos então iniciar o período de antes da ordem do dia. Como sabem, o
período de antes da ordem do dia tem a duração de sessenta minutos, há uma
primeira ronda de intervenções com cinco minutos por cada grupo municipal e,
posteriormente, uma segunda ronda com dois minutos e meio
Neste ponto informo a Assembleia, como já é do conhecimento de todos
os senhores deputados, estão disponíveis no repositório, há quatro moções que
foram apresentadas, depois serão votadas, uma será feita a leitura, as outras,
como já são do conhecimento, não será necessário
Uma moção pela construção do novo Hospital de Barcelos, apresentada
no âmbito da Comissão Municipal de Saúde, que me incumbiram de fazer a
redação e que fiz a redação, e é subscrita por todos os grupos municipais
Uma outra moção pela classificação do Município de Barcelos como
centro urbano regional, subscrita pelo Partido Social Democrata, pelo BTF e pelo
CDS
Uma recomendação de Todos Barcelos, relativa ao Portugal Vinte Trinta,
também referente aos fundos comunitários
E um voto de saudação ao vinte e cinco de abril e ao primeiro de maio,
apresentado pelo Bloco de Esquerda





Começa então pela ordem da rotatividade o BTF, o senhor deputado Luís
Pereira
<b>DEPUTADO DO BTF – Luís Pereira</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da
Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores
Já aqui dissemos, por várias e repetidas vezes, que estamos em total
sintonia com o executivo de maioria da coligação Barcelos Mais Futuro e,
naturalmente também, orgulhosos por ter sido a vontade inequívoca dos
cidadãos barcelenses
O BTF, enquanto organização política informal, constituída por cidadãos
livres e independentes, tem, naturalmente, no seu seio, milhares de pessoas de
quadrantes políticos diversos. Desde a esquerda à direita democrática, desde
que cumpram e façam cumprir a Constituição da República Portuguesa
Nesse sentido, e volvidos seis meses sobre a tomada de posse da maioria
da coligação Barcelos Mais Futuro, no seio do executivo, o BTF sente-se muito
confortável com os demais parceiros da coligação (PSD e CDS), partidos que
muito deram na construção e institucionalização da nossa democracia
E isto leva-nos à permanente questão sobre o prazer que é dado a certa
comunicação social e a alguns dirigentes locais de outros partidos em colocar
sempre e em quaisquer referências sobre o BTF, que faz parte de uma
"coligação de direita", como se de um qualquer crime se tratasse
O BTF reconhece, tal como reconheceu o povo barcelense, o mérito das
pessoas e dos partidos que constituíram e constituem a coligação,
independentemente do seu posicionamento político, se do centro-esquerda, do
centro-direita, ou mesmo do centro
O que o BTF sabe é que o PSD tem sido maioritariamente o partido mais



votado em todos os atos eleitorais do concelho para as legislativas, desde que
há eleições livres, e também o tem sido nas eleições presidenciais, com
candidatos da sua área política
Só não o foi em três mandatos de eleições autárquicas de dois mil e nove
a dois mil e vinte e um, que perdeu para o PS
Portanto, o BTF não se envergonha quando se pretende atingir ou
denegrir as pessoas que o integram, por fazerem parte de uma "coligação de
direita"
Porque se ser de direita é cumprir a Constituição, defender um Estado de
direito democrático, defender os direitos, liberdades e garantias, defender a
autoridade do Estado, defender a separação dos poderes entre os órgãos de
soberania, defender um direito universal de acesso a todos os graus de ensino
público, ou defender um serviço nacional de saúde, então estamos
conversados
Não esquecendo ainda a livre iniciativa privada nos termos da
Constituição e da lei, da livre concorrência dos setores da economia de
mercado, da exigência e respeito por uma imprensa livre e isenta, condição
essencial para uma permanente vigilância e escrutínio de todos os órgãos de
poder
Digam-nos, por favor, se o PSD e o CDS colocam em causa algum destes
princípios basilares do nosso Estado de direito ou das liberdades e garantias.
Mas digam com clareza!
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Do mesmo modo podemos questionar se este executivo de maioria da
"coligação de direita" (Barcelos Mais Futuro) não procedeu a algumas práticas
mais consentâneas com os direitos de diversos atores, tais como:
Os trabalhadores do município ao assinarem um novo acordo coletivo de





empregador público com os sindicatos, dando mais regalias;
O acordo celebrado para pagamento do subsídio de insalubridade e
penosidade a todos os trabalhadores que desempenhem tarefas abrangidas por
estes subsídios;
A disponibilização de espaços condignos neste edifício a todos os
vereadores da oposição, bem como equipamentos eletrónicos de comunicação,
entre outros
E quem não reconhece que há um novo paradigma no funcionamento
desta Assembleia Municipal, cumprindo a sua principal função que é a
separação dos poderes entre os órgãos executivo e deliberativo
É que o presidente desta Assembleia Municipal também faz parte da
coligação de direita. Muitos parabéns, senhor presidente!
É por tudo isto que o BTF tem orgulho em pertencer a esta coligação de
direita com os parceiros do PSD e do CDS
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra o senhor deputado António Jardim. Peço desculpa, não
estou a perceber se faz a intervenção agora ou não. Só faz nos dois minutos
finais? Ok
Então usa da palavra o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos
<b>DEPUTADO DO TB – José Rosa</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia, restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara,
restante Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores
O que me traz aqui hoje é o novo hospital. Como o senhor presidente da
Assembleia referiu, será apresentada uma moção que foi subscrita por todos os
partidos, mas aquilo que me traz aqui, para além de que a construção do novo
hospital é consensual, todos nós concordamos com isso. Se dissermos que o



# BARCELOS MUNICIPIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atual hospital e o novo servirão cento e cinquenta mil utentes juntando a
população de Esposende, a população de Esposende que nos meses de verão
quase duplica, portanto, estamos a falar de um número muito significativo de
utentes
Mas o que me traz aqui, e quero referir e evidenciar, é o bom trabalho
realizado pela Comissão de Saúde presidida pelo senhor presidente da
Assembleia. Esta comissão aborda temas gerais de saúde, mas justamente nesta
altura está mais focada no novo hospital
Ao longo da minha curta vida política autárquica, desde dois mil e um, fiz
parte de algumas comissões, várias comissões, e esta é de longe aquela que
melhor funciona e que mais trabalho produz
Quero enaltecer o trabalho de todos os partidos, dos representantes dos
partidos na comissão, que de uma forma franca, desprendida, sem querelas
políticas têm feito um trabalho sem taticismo, têm feito um excelente trabalho
e têm colaborado empenhadamente para que esta comissão faça o seu
caminho
Esta comissão tem outra virtude, está a fazer o caminho correto, está a
auscultar todas as partes envolvidas. Já falámos com a administração do
hospital, já falámos com a própria Câmara, já falámos com o ACES,
inclusivamente em boa hora tivemos a boa ideia de convidar as pessoas de
Esposende, a Assembleia Municipal se fez já representar por duas vezes na
nossa comissão também, o que nos dá mais força nesta luta
Como eu disse, esta comissão está a fazer um trabalho ponderado,
estruturado e esperemos que profícuo
Como é evidente, podemos no final disto sair todos frustrados, mas
também temos que ter a hombridade e a humildade de reconhecer quando as
coisas são bem feitas, como é este o caso,



O Todos Barcelos faz votos para que esta moção que hoje vai ser
aprovada por unanimidade, independentemente das ideologias político-
partidárias, sirva os nossos interesses e consiga os seus objetivos, que é a
construção do novo hospital
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra agora o senhor deputado José Manuel Cardoso, do CDS-
PP
DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos
Membros desta Assembleia, Público em geral
«Moção
Pela classificação do Município de Barcelos como "Centro Urbano
Regional"
O Município de Barcelos, cuja relevância territorial tem sido objeto de
sucessivas e sistemáticas desvalorizações, vê-se, no âmbito do Acordo de
Pareceria do Portugal dois mil e trinta, e na sequência da classificação atribuída
no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), mais
uma vez, reduzido na sua relevância, geográfica e estratégica, no que à política
de desenvolvimento territorial do nosso país diz respeito
A posição geográfica e estratégica do concelho de Barcelos tem vindo a
sofrer duros golpes ao longo dos anos, aos mais diversos níveis, com destaque
para a desvalorização das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, assim como
para o constante adiamento da construção do novo Hospital de Barcelos
O Quadrilátero Urbano, constitui-se como uma Rede com características
únicas no território nacional que, desde a sua constituição, se pretendeu



assumir como a terceira concentração urbana de conhecimento do país. Todo o trabalho levado a efeito desde a constituição do Quadrilátero Urbano é colocado em causa, pelo tratamento diferenciado atribuído pelo PNPOT aos parceiros desta Rede. Verificamos assim, com perplexidade, que Barcelos é, mais uma vez, deixado para trás. Sendo que a Braga, Guimarães e Famalicão é atribuída a classificação como "Centro Urbano Regional", relegando Barcelos para o nível inferior, com a classificação de "Outros Centros Urbanos". Uma situação incompreensível, uma vez que Barcelos possui uma população residente de cerca de cento e dezasseis mil, setecentos e setenta e sete habitantes, dos quais vinte e quatro mil, cento e setenta e sete residem nas freguesias urbanas do Concelho, estando assim completamente alinhado com os restantes Municípios da Rede, com uma população residente superior a cem mil habitantes. De salientar que o tratamento diferenciado de Barcelos em relação aos restantes Municípios do Quadrilátero Urbano, efetuado pelo PNPOT, também não tem merecido a concordância das entidades competentes na Região, como é exemplo a CIM Cávado que considera mesmo não existir uma razão material que justifique essa situação.----------Considerando o enquadramento territorial e estratégico de Barcelos na Rede dos Municípios do Quadrilátero Urbano, a não classificação do Município de Barcelos, no Acordo de Parceria Portugal dois mil e trinta, enquanto "Centro Urbano Regional" poderá, no futuro, e tendo em linha de conta a opção tomada:-----------Um – Colocar em causa uma futura contratualização;----------Dois - Colocar o Município de Barcelos em posição de desigualdade em relação aos restantes Municípios do Quadrilátero Urbano e da Região Norte;----------Três – Impossibilitar a concretização dos objetivos definidos na estratégia territorial do concelho de Barcelos.-----





Acresce ainda que os quatro Municípios do Quadrilátero Urbano tiveram
acesso, no período de programação dois mil e catorze/dois mil e vinte, ao PEDU
que teve como base o PNPOT e ao Acordo de Pareceria Portugal dois mil e vinte
que classificou todos esses quatro Municípios como "Centros Urbanos de
Hierarquia Superior"
Sendo unanimemente aceite que a descentralização potencia o
desenvolvimento territorial, torna-se imperativo haver oportunidade de acesso
ao necessário financiamento para dar resposta adequada às obrigações
decorrentes das competências atribuídas, assegurando, dessa forma, uma maior
equidade territorial. Deste modo, teremos que afirmar que o não
enquadramento do Município de Barcelos no âmbito do Acordo de Pareceria
Portugal dois mil e trinta impedirá o acesso às referidas fontes de
financiamento, traduzindo-se numa perda efetiva de competitividade do seu
território, mas também da região a que pertencemos
Perante o exposto, os Grupos Municipais do PSD, BTF e CDS propõem
que a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em sessão ordinária no dia
vinte e dois de abril de dois mil e vinte e dois, delibere pela exigência de que o
Município de Barcelos seja considerado como "Centro Urbano Regional" para
efeitos de contratualização no âmbito do período de programação dois mil e
vinte e um/dois mil e vinte e sete que enquadra o Acordo de Pareceria dois mil
e trinta
Nota: Com a aprovação da presente Moção, dela deve ser dado
conhecimento aos seguintes órgãos de soberania e entidades:
Senhor Presidente da República;
Senhor Primeiro-Ministro;
Senhor Presidente da Assembleia da República;
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte:



Associação Nacional de Municípios Portugueses;
Comunidade Intermunicipal do Cávado;
Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado»
Disse
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Segue-se agora o senhor deputado Miguel Martins, do Bloco de
Esquerda
<b>DEPUTADO DO BE – Miguel Martins</b> – Senhor Presidente da Assembleia
Municipal, Senhora e Senhor Secretários da Mesa da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores
Deputados, Público aqui presente e que nos assiste via Web, Comunicação
Social aqui presente
Estamos a três dias da comemoração dos quarenta e oito anos da
revolução de abri. Com o vinte e cinco de Abril, iniciado pelos capitães de abril e
com o apoio do povo, pôs-se fim à ditadura fascista do Estado Novo. Mas
também se pôs fim à PIDE e à censura, bem como se terminou com a guerra
colonial e se libertaram os presos políticos. O vinte e cinco de abril representou,
representa e representará sempre o fim de um período sombrio da história de
Portugal. A vitória da esperança e da transformação sobre a opressão que deu
origem à democracia portuguesa e que hoje nos permite estar aqui nesta
Assembleia Municipal
A revolução restituiu às e aos portugueses os direitos e liberdades. Abril é
também uma data de conquistas. Desde a saúde, a educação, à habitação. Mas
também o impacto que teve no poder local e na consagração dos municípios
como um exercício de poder colegial e democraticamente eleito. Mesmo que
em muitas localidades este poder de proximidade tenho afastado as pessoas e
COPIA





em nada tenha contribuído para a participação cidadã, como é o caso do nosso
concelho, não o podemos deixar de assinalar
Mas também assinalamos, com especial atenção, face à proximidade do
primeiro de maio, os direitos do trabalho das e dos trabalhadores, que
permitiram dar lugar a uma maior dignidade para quem trabalha
Aqui saudamos os trabalhadores e as trabalhadoras, mas também as
populações, particularmente do concelho de Barcelos, que, durante o intenso
período pandémico que vivemos e em defesa da nossa saúde, asseguraram
serviços como: a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o
correio, a limpeza e manutenção das estruturas, entre outras funções. Mas
saudamos também as lutas que muitos destes trabalhadores travaram e têm
travado pela defesa dos postos de trabalho, por melhores condições e pelos
direitos face a uma lei laboral minada pelas normas impostas pela troika, um
período de austeridade que não deixa saudades e que, infelizmente, o PS teima
em manter
Hoje, Portugal atravessa um período complexo. Ainda a par com desafios
trazidos por mais de dois anos de pandemia ao nível da saúde, essa mesma
pandemia teve consequências para a economia e para os trabalhadores.
Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais
robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em
particular nos preços dos combustíveis e da energia, que têm tido um impacto
brutal nos preços de bens essenciais. Assinalar o primeiro de maio é também
momento de exigir a melhoria das condições de trabalho mas, acima de tudo, a
valorização dos salários, tanto da função pública (congelados há mais de dez
anos) como do setor privado, dado que a inflação irá, rapidamente, anular os
aumentos previstos
O vinte e cinco de abril não é apenas importante como data simbólica,
CORIA



# BARCELOS MUNICIPIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso
presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão
permitiram a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna
As conquistas económicas e direito de cidadania alcançados com a
revolução não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a
exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de
abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão
social
Quando o neoliberalismo e a extrema-direita lançam a sua sombra de
regressão política, social e civilizacional, num ataque frontal às conquistas de
abril, manter viva esta celebração é continuar a defender a Constituição da
República de abril. E fazemo-lo em solidariedade e intercâmbio com os povos da
Europa e do mundo que hoje enfrentam a mesma ameaça de retorno à barbárie
e a combatem
No ano em que voltamos a poder celebrar o vinte e cinco de abril de uma
forma mais próxima da "normalidade" pré-pandemia, reiteramos a defesa dos
valores da liberdade, da democracia e da solidariedade. Porque manter viva a
lembrança simbólica desse marco fundador da democracia é, igualmente,
continuar a manter viva a luta pela conquista de mais direitos e de uma vida
mais justa para todos e para todas
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Agora segue-se o senhor deputado Mário Figueiredo, do Partido
Comunista Português
DEPUTADO DO PCP - Mário Figueiredo - Muito boa noite
Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor
Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores





Jornalistas, Meus Senhores e Minhas Senhoras
O me traz aqui é falar sobre a situação e o estado da mobilidade no nosso
concelho
Uma das principais características das cidades desenvolvidas é estarem
munidas de uma rede de transportes coletivos públicos, harmoniosamente
interligados, que tornam a mobilidade dos cidadãos eficiente no seu território,
atendendo à necessidade e bem-estar das populações e ao respeito pelo meio
ambiente
O concelho de Barcelos está muito aquém da satisfação dessa
necessidade, apesar de ser um dos poucos municípios com mais de cem mil
habitantes e ter uma localização geográfica que exerce uma forte pressão
competitiva
A rede de transportes rodoviários urbanos é redutora, a central de
camionagem é desadequada, as carreiras rodoviárias são escassas isolando
muitas freguesias, as paragens de autocarros são insuficientes e
desconfortáveis, a falta de ciclovias é incompreensível, o transporte ferroviário
é ineficiente: poucos comboios, tempos de viagem morosos e preços excessivos,
as passagens de níveis criam insegurança e atrasam a circulação. Este é o
estado, facilmente diagnosticado, dos serviços de transportes coletivos públicos
do concelho
A falta de estratégia de sucessivos executivos, nesta e em outras
matérias, remeteu o concelho para o subdesenvolvimento, setores
fundamentais indicativos de um território desenvolvido estão por cumprir ou
são insuficientes
A dificuldade de chegar a Barcelos pela utilização de transportes coletivos
públicos, quer rodoviários, quer ferroviários, aliada, para além de outras
insuficiências, à proximidade de três capitais de distrito, dois concelhos mais



desenvolvidos (Guimarães e Famalicão) e três concelhos com forte apelo
turístico (Vila do Conde, Póvoa do Varzim e Esposende) faz que a escolha de
visita recaia nessas opções
O papel dos transportes coletivos públicos no desenvolvimento turístico
é fundamental. Barcelos atrasa-se
A dificuldade de circular em Barcelos pela utilização de transportes
coletivos públicos, aliada ao mau estado das estradas e à falta de conclusão de
obras estruturantes (nó Santa Eugénia), faz com que muitos barcelenses optem
organizar a sua vida em outros concelhos e cria grandes constrangimentos aos
trabalhadores
O papel dos transportes coletivos públicos na coesão territorial do
concelho e no desenvolvimento social, do comércio e serviços é fundamental.
Barcelos atrasa-se
A falta de transportes coletivos eficientes e a preços acessíveis, para além
de criar sérios constrangimentos, afasta muitos cidadãos e empurra-os para a
utilização de transporte individual, agrava os orçamentos familiares, impondo a
desordem viária na cidade quer pelo excesso de viaturas a circular na cidade,
quer pela falta de estacionamento, prejudicando o ambiente quer pelo ruído
produzido, quer pela qualidade do ar
Exige-se ao executivo, atendendo, também, que é Autoridade nos
Transportes, que defina uma estratégia que permita desenvolver a eficiência da
mobilidade no concelho, como elemento-chave para o desenvolvimento social e
económico do nosso território
Exige-se ao executivo:
Nos transportes rodoviários, que repense o alargamento e novas linhas
dos transportes urbanos, que imponha novas carreiras abrangendo todo o
concelho, que requalifique a central de camionagem, que conclua o





interminável nó de Santa Eugénia, que repare as estradas do concelho e que
faça uma aposta clara na ciclovia, fomentando novas alternativas de
mobilidade;
Nos transportes ferroviários, que tenha uma posição firme junto do
governo pela eliminação das passagens de nível e pela integração de Barcelos
na classificação de Zona Ferroviária Suburbana do Porto que implicaria mais
comboios, logo mais horários, tempos de viagem mais curtos e preços mais
baratos
Para exemplificar e para se perceber melhor o que significa pertencer à
zona suburbana, basta este exemplo:
Barcelos/Braga tem dez comboios urbanos regionais; Famalicão (zona
suburbana) e Braga têm vinte e nove comboios, quase o triplo;
Barcelos, o preço do bilhete é três euros e vinte cêntimos; o de Famalicão
é só um euro e oitenta cêntimos;
Barcelos, as viagens é em média uma hora e o máximo é uma hora e
trinta e sete minutos; Famalicão, a média de viagem é vinte minutos e o máximo
é só trinta minutos
Não podemos ser competitivos com estas diferenças e estas
desigualdades entre concelhos vizinhos
Não poderemos continuar neste caminho em que nem há comboios nem
há autocarros, votando ao subdesenvolvimento o nosso concelho de Barcelos
Muito obrigado pela vossa atenção
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra o senhor deputado Hélder Tomé, do Partido Socialista
<b>DEPUTADO DO PS – Hélder Tomé</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssimo
Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimas e Excelentíssimos Senhores



Vereadores, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras
e Meus Senhores
O Partido Socialista governou este município durante os últimos doze
anos. E sem dúvida deixámos marcos dessa governação. Barcelos está melhor
do que estava em dois mil e nove
Houve mais abertura, mais cidadania, mais dinâmica, mais cultura, mais
desporto, mas acima de tudo mais credibilização dos nossos autarcas de
freguesia. A medida de implementação do modelo de financiamento através do
protocolo dos duzentos por cento do FFF veio trazer um investimento alargado
em todas as prioridades sentidas pelas juntas de freguesia. Nunca se viu tanto
investimento nas freguesias e nunca se viu tanta obra neste concelho
Podemos assumir que democratizámos o investimento público de forma
transversal em todas as freguesias
Muita obra se fez, para além de permitirmos este desenvolvimento nas
freguesias, não esquecemos o investimento nas escolas, nos centros de saúde,
lançámos outras inúmeras obras como o Mercado Municipal, Campo São José, a
reabilitação da Escola Gonçalo Pereira, a reabilitação da Casa Ascensão Correia,
centros escolares e tantas e tantas outras que é inegável afirmações contrárias
Não conseguimos lançar outras obras estruturantes, é certo, mas
deixámos o trabalho feito e as verbas necessárias para esses investimentos
Aliás, como o senhor presidente da Câmara tem feito com pompa e
circunstância o lançamento dessas obras, como se suas fosse o trabalho
meritório
Falo dos passadiços, falo das ciclovias, falo da aprovação do projeto do
nó de Santa Eugénia, falo da ecovia, da Casa Conde Vilas Boas, bem como da
estrada quinhentos e cinco
É verdade que nem sempre as coisas andam ao ritmo da vontade dos





governantes, ora pela morosidade da obtenção de pareceres externos, ora pelas
dificuldades dos procedimentos concursais, ora pelos concursos vazios, ora
pelos litígios que surgem, mas tudo fizemos para procurar resolver todas essas
situações
Queremos questionar sobre o ponto de situação da revisão do PDM, mas
acima de tudo saber onde estão as reuniões prometidas aos senhores
presidentes de junta durante uma reunião que o executivo teve sobre este
tema
Sabemos que não é um assunto fácil esta revisão. E que terá impactos no
concelho. Nunca o escondemos e dissemo-lo aqui nesta Assembleia afirmando
que com as regras impostas por lei Barcelos estaria em risco de perder uma boa
percentagem da sua capacidade construtiva. Nós não o escondemos
Mas isto acontece por vários fatores, mas um que é determinante: a falta
de saneamento em algumas freguesias. Mas queremos recordar que foram
vocês que desenharam o plano de execução, foram vocês que aprovaram as
opções políticas de investimento da infraestrutura no concelho, e aqui está mais
uma fatura para pagar dessas mesmas opções
E isto leva-me a outro pedido de esclarecimento, senhor presidente, o
ponto de situação do processo das águas
O senhor presidente disse que o resolveria em seis meses. Não queremos
tanto, mas uma coisa fizeram, um ato de boa-fé no aumento do preço da água à
custa do orçamento dos barcelenses e a troco de nadaMuito obrigado
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra agora o senhor deputado do Partido Social Democrata José
da Costa Faria
DEPLITADO DO PSD - José da Costa Faria - Senhor Presidente Senhor



Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Vereadores, Senhoras e Senhores
Deputados
É chegada a hora de formalmente esta Assembleia tomar posição sobre o
novo hospital
Aprovámos aqui, por unanimidade, a criação da Comissão Municipal de
Saúde que visa acompanhar o setor da saúde no concelho e a problemática do
novo hospital
A comissão iniciou os seus trabalhos e decidiu desencadear um conjunto
de audições ao nível das várias entidades responsáveis na área da saúde do
nosso concelho
Iniciámos as audições pelo senhor presidente da Câmara Municipal de
Barcelos que nos informou, no que respeita à edilidade, o estado do processo
da construção do novo hospital
Reunimos seguidamente com os responsáveis da Assembleia Municipal
de Esposende na medida em que o Hospital de Barcelos serve igualmente a
população daquele concelho, ou seja, no global uma população de mais de
cento e cinquenta mil pessoas
Reunimos também com o senhor presidente do conselho executivo do
ACES Barcelos/Esposende que nos deu conta do funcionamento, problemas e
dinâmicas dos cuidados de saúde primários
Ouvimos de igual forma o senhor presidente do conselho de
administração do Hospital de Barcelos que deu a conhecer a realidade e a
importância do serviço prestado à comunidade, concluindo-se pelo bom
desempenho, abnegação e superação dos profissionais do nosso hospital
Temos confirmado nas reuniões da comissão que, no que respeita aos
cuidados primários, existem lacunas ao nível de recursos humanos e as
instalações das unidades dispersas pelo concelho não são as melhores





Merecem atenção imediata por parte da administração central, razão
pela qual as transferências de competências nesta área devem ser tratadas com
o maior cuidado e sempre de modo a garantir o melhor para os utentes. Esse
assunto foi abordado pela comissão na audição com o senhor presidente da
Câmara e com o senhor diretor-executivo do ACES
No que respeita ao atual hospital as instalações são aquelas que todos
conhecemos: são instalações a menos para o número de utentes que dela
necessitam
Todos sabemos que para termos cuidados de saúde de qualidade, além
do bom desempenho dos profissionais, são necessárias instalações suficientes,
adequadas e dignas
Senhor presidente, Senhoras e Senhores Deputados,
Não tenhamos dúvidas que cada vez mais a população que temos vai
precisar de mais profissionais de saúde, mas também de mais e melhores
condições físicas, porque o desafio que se avizinha, e mais depressa do que
julgamos, não vai ser animador. Senão vejamos:
Todos sabemos como começou a pandemia que vivemos com a Covid-
dezanove, mas não sabemos como é que vai acabar, e estamos em dois mil e
vinte e dois
As sequelas podem demorar três, seis, nove meses ou para toda a vida.
Isto vai implicar mais consultas, mais profissionais, mais consultórios no fundo,
mais espaço físico
A população do concelho de Barcelos não é diferente das dos outros,
também vai envelhecendo, mas cada vez com mais longevidade, logo com mais
doenças
Para termos uma ideia, quarenta a cinquenta por cento das pessoas
acima dos noventa anos irá sofrer de demência, com todos os constrangimentos





que isso acarreta para a família e sociedade
Temos de nos preparar para este desafio e com muita urgência, pois o
ciclo da vida não pára e as necessidades aumentam exponencialmente
Temos de combater a perda de população com melhores condições de
saúde e qualidade de vida
Por tudo isto, o novo Hospital de Barcelos, um anseio já de décadas, é
uma necessidade urgente
Podem os barcelenses contar com o total empenho do Grupo Municipal
do PSD nesta verdadeira causa concelhia, sem vacilar, sem esmorecer e sem
abrir brechas
Sabemos que não foi por falta de vontade e empenho dos executivos
camarários anteriores que o hospital não foi feito
Sabemos também que não vai ser por falta de determinação desta
Câmara que a construção não avançará
Sabemos ainda que devemos estar unidos neste processo para acabar de
vez com a inércia ou falta de vontade política dos sucessivos governos e de
quem os suportou
Por tudo isto, o Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente a Moção
"Pela construção do novo Hospital de Barcelos"
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Terminamos a primeira ronda do período de antes da ordem do dia,
vamos agora para a senhora deputada Sara Magalhães, do BTF
<b>DEPUTADA DO BTF – Sara Magalhães</b> – Muito boa noite
Começo por cumprimentar toda a Mesa na pessoa do seu Presidente
Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal e todo o seu
Executivo
COPIA





Excelentíssimos Membros desta Assembleia, Caríssimo Público
Saudar e lembrar as conquistas do nosso povo nunca é nem nunca será
de mais
O voto de saudação ao vinte e cinco de abril e ao primeiro de maio que o
Grupo Municipal do Bloco de Esquerda apresentou nesta sessão não poderia
conferir da nossa parte outro que não o seu voto favorável
Saudar e lembrar abril e o primeiro de maio são conquistas da
democracia e que ficaram cravadas na nossa Constituição
Saudar e lembrar abril é também continuar a lutar pelos direitos,
liberdades e garantias! Mas cumpre notar que é exigida a responsabilidade aos
eleitos democraticamente de continuarem, dentro dos poderes que lhe são
conferidos pela Constituição, a lutar pela liberdade, igualdade e tantos outros
marcos que a democracia trouxe consigo. E é esta responsabilidade que os
Grupos Municipais do PSD, BTF e CDS se vinculam ao apresentar a moção «Pela
classificação do Município de Barcelos como "Centro Urbano Regional"». Um ato
conjunto, coeso e de compromisso. Na mesma linha de objetivos, a
recomendação apresentada pelo Grupo Municipal de Todos Barcelos. Ambas
apelam a esta Assembleia para lutar por abril numa só voz! E por isso votaremos
favoravelmente
Objetivamente, a injustificada desclassificação do concelho de Barcelos
como "Outros Centros Urbanos", em prol da anterior classificação conferida
para o Portugal Vinte Vinte de "Centro Urbano Regional", é uma afronta aos
princípios da igualdade, do desenvolvimento harmonioso e integrado das
regiões que, para além de conferirem uma tarefa fundamental do estado –
prevista no artigo nono da CRP – é, em simultâneo, uma incumbência deste,
prevista no artigo sessenta e seis do mesmo diploma. Profere o legislador
constituinte «ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista



() um equilibrado desenvolvimento socioeconómico»	
Para além da grotesca desigualdade em relação a outros municípios,	
nomeadamente os nossos parceiros do quadrilátero, esta classificação inferior	
de Barcelos colocará em causa – como está patente na moção apresentada pela	
coligação – a concretização dos objetivos definidos na estratégia territorial do	
concelho de Barcelos, impedindo o acesso a fontes de financiamento europeu,	
nomeadamente o acesso direto ao PEDU	
Como frisou sobre o tema o senhor presidente Mário Constantino, « <i>não</i>	
há um respeito pelas necessidades de cada município». Hoje podemos	
acrescentar: não há um respeito por abril	
Disse	
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada	
Tem a palavra o senhor deputado António Jardim, do Chega	
DEPUTADO DO CH – António Jardim – Boa noite	
Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor	
Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e	Olla
Senhores Deputados, Público	.'O'
O mercado temporário de Barcelos tem um lema que é: "Juntos Vamos	
Viver e Descobrir a Nossa Cidade"	
Senhor presidente da Câmara, tem ido ao mercado da cidade fazer as	
suas compras?	
Aquelas pessoas anseiam pela sua visita, muitas delas até o querem	
abraçar	
Sim, da mesma forma que os abraçou durante a sua campanha	
Aquela gente que faz da noite dia para que eu possa chegar de manhã e	
tenha o que de melhor e mais fresco temos em Barcelos	
Aquelas pessoas que em condições que o senhor conhece estejam a	
COPIA	



tentar manter o seu negócio, nesta conjuntura, em que as falências em Portugal
aumentam e em que a inflação nos asfixia
Pois bem, senhor presidente, eu fui às compras e ouvi os comerciantes
dizerem que tudo o que estão a fazer é emperrar as suas vidas e a criar barreiras
aos seus negócios
Além das condições miseráveis que colocaram estas pessoas no mercado
provisório
Por exemplo, recordo-lhe um dos pontos do regulamento, eles têm
apenas quinze minutos para efetuar cargas e descargas
O senhor presidente não conseguiria fazer isso garantidamente
Mas ainda vamos a tempo de não acabar com os negócios desta gente
que acredita que a política é para bem deles
Tenho conhecimento entretanto que o senhor vice-presidente, quando
teve conhecimento, recebeu representantes dos mesmos, onde lhes pediu
compreensão
Senhor vice-presidente, os comerciantes do mercado provisório apenas
Senhor vice-presidente, os comerciantes do mercado provisório apenas querem que lhe seja concedido um espaço para os clientes poderem estacionar
e efetuarem as suas compras. Não querem subsídios ou outro tipo de
compensações, apenas querem que os deixem trabalhar e gerir o seu negócio
Anteriormente os clientes podiam estacionar no espaço interior e agora
estão impedidos de o fazer
Pois bem, se o estacionamento até agora permitido servia pessoas que
não efetuavam compras, mas usavam o espaço para parquear ao longo do dia,
apenas ocorria porque os serviços camarários ali instalados não
desempenharam as suas funções corretamente, mas pelos vistos é mais fácil
penalizar os comerciantes
Os mesmos comerciantes que necessitam de entrar com as suas viaturas
COPILE



para efetuar o transporte de encomendas dos produtos e por falta de
estacionamento estão a ser penalizados
O Grupo Municipal do Chega questiona o executivo quanto à falta de
estacionamento e deste modo queremos saber porque é que a Câmara
Municipal não disponibiliza locais de estacionamento no exterior, exclusivos
para clientes do mercado municipal, como forma de impulsionar o acesso ao
mesmo e delimitar um local exterior para cargas e descargas das viaturas dos
comerciantes que efetuam transporte dos seus produtos ao longo do dia
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva
<b>DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia, respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e
demais Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia, Minhas Senhoras e
Meus Senhores
O CDS irá votar favoravelmente a moção apresentada por Todos
Barcelos. Essa moção é em tudo idêntica àquela que o CDS, BTF e PSD
apresentaram, ou seja, que é pela classificação do Município de Barcelos como
"Centro Urbano Regional", e, portanto, merecerá a nossa concordância
Em relação ao voto de saudação ao vinte e cinco de abril e ao primeiro de
maio, apresentado pelo Bloco de Esquerda, irá receber também o nosso voto
favorável. Não temos qualquer complexo ideológico em votar favoravelmente
algo que é apresentado pelo Bloco de Esquerda, apesar de sabermos que a
reciprocidade não se verifica
Votaremos favoravelmente, como é óbvio, a moção pela classificação do
Município de Barcelos como "Centro Urbano Regional", apresentada pelos três
Grupos Municipais do CDS, BTF e PSD. Portanto, tem o nosso contributo e





vamos votar favoravelmente tal moção
Em relação à intervenção que aqui foi feita pelo Partido Socialista,
naturalmente que concordamos em que o Partido Socialista deixa marca em
Barcelos, mal era que em doze anos de governação nada fizessem em Barcelos,
é isso o que se espera e foi para isso que os barcelenses os elegeram
Agora também ficamos espantados é que o Partido Socialista continua a
vir aqui puxar a questão da água e do saneamento. Estávamos à espera que o
Partido Socialista nesta matéria tivesse alguma vergonha do seu
comportamento durante estes doze anos, mas continua, infelizmente, a vir falar
da água e do saneamento
E gostávamos também de lembrar o Partido Socialista que de muitas
outras questões desses doze anos em que não concluíram ou pelo menos não
conseguiram levar as promessas que fizeram durante as diversas campanhas
eleitorais a avante:
Estou-me a lembrar do fecho da circular;
Estou-me a lembrar da linha de muito alta tensão, que todos a temos aí e
que, enfim, estamos agora a discutir as contrapartidas. Lembramos que ao
Partido Socialista nós dissemos que queríamos contrapartidas para Barcelos;
O novo hospital;
Organização administrativa do concelho;
Enfim, muitas mais havia
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra o Bloco de Esquerda, o senhor deputado Miguel Martins
<b>DEPUTADO DO BE – Miguel Martins</b> – Cumprimentando todas e todos os que
estão aqui presentes e os que nos assistem via Web na sua pessoa, senhor
presidente da Assembleia



-----Com a revisão do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território Barcelos perdeu a categoria de "Centro Urbano Regional". Este facto impede o nosso concelho de se candidatar diretamente a fundos comunitários – por exemplo, os acordos de parceria no âmbito do Portugal Vinte Trinta relacionados com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que em dois mil e dezasseis atribuiu para Barcelos catorze ponto cinco milhões de euros para obras que ainda não foram concluídas – ficando agora Barcelos dependente da distribuição das verbas atribuídas à CIM.-----------Não entramos em passa-culpas. Precisamos de saber quais as razões que determinaram esta desclassificação e exigir a reposição do posicionamento com argumentos válidos, nomeadamente o facto destes fundos estruturais para combater desigualdades que desta forma poderão ser agravadas dado que os concelhos similares, como Famalicão e Guimarães, mantêm a categoria de "Centro Urbano Regional".----------Sendo assim, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente as moções apresentadas sobre este tema.----------Disse.-----Disse. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----**DEPUTADO DO PCP - Mário Figueiredo** - Muito obrigado, senhor presidente.--------Sobre a moção em defesa da construção do novo hospital, que resulta de um trabalho de valor da Comissão de Saúde da Assembleia Municipal de Barcelos, e dá um claro sinal político ao governo e aos deputados eleitos pelo distrito, e que o PCP subscreve a moção tal como todos os partidos, e esta unidade em torno desta luta é importante, mas não posso deixar de sublinhar que poderá deixar a dúvida ou a ilusão nos cidadãos barcelenses, em que estamos todos no mesmo barco. Assim não será e sem duvidar da seriedade e





do empenho pela luta de todos os participantes da comissão, eu não posso deixar passar esta ilusão ou deixar criar esta ilusão. Não estamos todos no mesmo barco. O PCP não está no mesmo barco do PS, do PSD quer na responsabilidade pela falta da construção do novo hospital, quer na vontade política que estes partidos não expressam em construir o novo hospital. Bem que podem lavar localmente a cara, mas o que é certo é que o novo hospital de Barcelos não é uma realidade por responsabilidade do PS primeiro, PSD e CDS a seguir e PS outra vez. Portanto, esta ilusão não poderei deixar de criar, mas valorizo este trabalho feito pela comissão.----------Sobre a moção apresentada pelo Todos Barcelos e quer também pela coligação, não há dúvida nenhuma que isto é um aspeto extremamente negativo, um aspeto extremamente negativo Barcelos ser classificado como "Outros Centros Urbanos", afastando Barcelos dos centros de decisões e de fontes de financiamento, nós vamos votar a favor. Mas não posso deixar também de sublinhar que esta opção, que carece também de outras explicações, não está desligada do subdesenvolvimento em que o concelho de Barcelos está votado, fruto e consequências das más políticas locais e da responsabilidade dos sucessivos executivos ao longo de vários anos. Barcelos perdeu peso político. Nem seguer ter cem mil habitantes, que são poucos os que o tem, consegue colmatar esta deficiência, concelhos subdesenvolvimento de Barcelos.----------Para terminar, as comemorações do vinte e cinco de abril e o primeiro de maio, uma saudação, mas as comemorações do vinte e cinco de abril têm de ser feitas sempre em qualquer circunstância. Foi por isso que o PCP, em dois mil e vinte, quando todos abdicaram de o fazer, e contra todos, não abdicou de comemorar e celebrar o vinte e cinco de abril e o primeiro de maio, porque é um claro sinal e uma clara defesa dos nossos direitos e garantias.-----





PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra o senhor deputado Nélson Brito, do Partido Socialista
DEPUTADO DO PS - Nélson Brito - Muito boa noite, Senhor Presidente,
Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e
Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e
Meus Senhores
Muito rapidamente para dar indicação de que o Partido Socialista votará
favoravelmente a moção relativamente à classificação ou pela classificação de
Barcelos como "Centro Urbano Regional"
Esta notícia da desclassificação é uma notícia muito preocupante, muito
negativa e eu diria mesmo que isto é inaceitável para Barcelos
E, portanto, em relação a esta matéria está em causa o superior interesse
do concelho e dos seus cidadãos, é uma matéria estratégica, é uma matéria que
nos causa real e efetiva preocupação, e acho que temos motivos para isso, e
estamos disponíveis para fazer em conjunto, com todas as forças políticas aqui
representadas, e com o executivo municipal, o que for possível para reverter
esta decisão
Não é aceitável, não é compreensível que Barcelos possa ficar num
patamar inferior àquilo que são outros municípios do quadrilátero, como
Guimarães, Braga ou Famalicão. E independentemente de quem tomou a
decisão não concordarmos com ela e bater-nos-emos contra ela. Portanto,
simbolicamente e com significado político votaremos aqui a favor da moção que
foi apresentada e também da recomendação de Todos Barcelos que versa sobre
o mesmo assunto
Relativamente à construção do novo hospital, naturalmente também
votaremos a favor, nunca fizemos política partidária com a questão do novo
hospital, e não é agora que vamos fazer. Portanto, continua a ser um desígnio





de Barcelos, já agora também de Esposende que é um concelho que é também
servido por este hospital. Portanto, da nossa parte também continuaremos a
fazer tudo, continuaremos a fazer de uma forma honesta e sincera tudo para
convencer os poderes centrais a tomarem a decisão de avançar com esta
construção desta infraestrutura tão importante para nós
Finalmente, dizer também que votaremos favoravelmente, julgo que sem
qualquer surpresa, a saudação que o Bloco de Esquerda aqui traz ao vinte e
cinco de abril e ao primeiro de maio. Subscrevemos completamente, exceto o
ponto três que achamos que deveriam ser enaltecidos todos os trabalhadores,
todos sem exceção, em relação ao esforço na pandemia, e parece-me que ao
designar alguns, alguns ficaram esquecidos
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Última intervenção do período de antes da ordem do dia, o senhor
deputado Alexandrino Ribeiro, do Partido Social Democrata
<b>DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro</b> – Caro Presidente da Assembleia
Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Caro Presidente da Câmara
Municipal de Barcelos, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados
Municipais, Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias,
Comunicação Social, Caro Público aqui presente e todos aqueles que nos
seguem via Web
Somente para partilhar com vocês a posição do Grupo Municipal do PSD
em relação às moções, recomendações e voto de saudação hoje aqui
apresentadas
Relativamente ao voto de saudação do vinte e cinco de abril e do
primeiro de maio, apresentado pelo Bloco de Esquerda, apesar de não
concordarmos com alguns dos considerandos, que constarão numa declaração





de voto que entregaremos por escrito, o nosso voto é favorável, pois o PSD é defensor da liberdade e da democracia. Somos o Partido de Francisco Sá Carneiro, um dos pais da democracia em Portugal. Penso que também não existirá dúvidas da forma como o PSD olha para a dignidade dos trabalhadores. Aproveito para louvar o trabalho do executivo municipal pelo excelente exemplo que tem dado nesta matéria, com amplos elogios por parte dos trabalhadores do município e dos sindicatos.----------Quanto à recomendação do Todos Barcelos, o nosso voto é também a favor, pois a essência desta recomendação está em linha com os objetivos da moção que a coligação Barcelos Mais Futuro apresentou nesta Assembleia, sobre a importância da alteração da classificação do concelho de Barcelos para "Centro Urbano Regional". A alteração desta classificação é primordial pois, caso contrário:-----------Colocará em causa uma futura contratualização de fundos comunitários, importantíssimos para recuperarmos do atraso atual do concelho;-----------E colocará o Município de Barcelos em posição de desigualdade em relação aos restantes municípios do quadrilátero urbano e da região norte;-----------E para terminar, permitam-me que responda aqui ao deputado do Partido Socialista, dizendo-lhe que em doze anos o PS fez... mas fez pouco, fez muito poucochinho.----------E, senhor deputado, refere que a falta de saneamento em algumas zonas do concelho vai criar problemas na revisão do PDM?! Ah, pois é verdade, é verdade que vai. Mas não se esqueça, senhor deputado, quem travou a instalação da rede de água e saneamento pelo concelho de Barcelos foi o Partido Socialista quando enveredou pela judicialização do processo. Por isso a responsabilidade é do Partido Socialista, a responsabilidade é vossa por esses problemas que vão ser criados.-----





Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Terminaram as intervenções do período de antes da ordem do dia, íamos
então passar às votações das moções!
Três vão ser votadas e uma ainda terá de ser lida
Primeira votação – Voto de Saudação ao vinte e cinco de abril e ao
primeiro de maio
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Três CH)
Aprovado por maioria com três abstenções
Recomendação do Todos Barcelos
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovada por unanimidade
Moção apresentada pelo PSD, BTF e CDS
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovada por unanimidade
Pedia ao senhor primeiro secretário para ler a última moção, que é uma
moção de toda a Assembleia, pela construção do novo Hospital de Barcelos
PRIMEIRO SECRETÁRIO – "Moção



Pela construção do novo Hospital de Barcelos
O direito à saúde, consagrado na Constituição da República Portuguesa
no artigo sessenta e quatro, implica, entre outros aspetos, uma cobertura
territorial "racional e eficiente", de modo a que os cidadãos obtenham cuidados
de saúde adequados ao nível médico e de infraestruturas
O texto constitucional, no que respeita ao concelho de Barcelos, tem sido
desrespeitado pelos economicistas da Administração Central, que esquecem os
danos colaterais que as opções de emagrecimento do hospital têm custado à
população, ao concelho e ao país
Na última década Barcelos sofreu um choque demográfico não lhe sendo
estranho, entre outros aspetos, a diminuição da oferta hospitalar,
nomeadamente o encerramento da Maternidade, dos Serviços de Neonatologia
e Ginecologia, do Hospital de Dia (Oncologia) e a redução da própria oferta
pediátrica
Por força das opções tomadas na área hospitalar as populações sofreram
o aumento inquantificável dos custos inerentes à mobilidade (Braga), às
relações laborais e às próprias atividades empresariais
A tudo isto veio acrescer o desalento que se instalou nos mais jovens,
principalmente na promoção de uma natalidade mais ativa. A fixação no
concelho diminuiu pois sentiram uma redução drástica ao nível da eficiência da
oferta dos cuidados de saúde e da qualidade de vida
Face ao exposto, e considerando que:
Um – Estando mais que passado um ciclo geracional sem que se
procedesse à substituição do atual Hospital de Santa Maria Maior por uma nova
estrutura hospitalar adequada à realidade populacional dos concelhos de
Barcelos e Esposende;
Dois — Entendendo que importa reverter a situação de estagnação em





que o processo do novo hospital tem estado;
Três – Estando a iniciar-se a décima quinta Legislatura, as funções do
vigésimo terceiro Governo Constitucional e o debate do novo Orçamento do
Estado, que contém a planificação para curto e médio prazo
A Assembleia Municipal de Barcelos vem solicitar ao Governo o
seguinte:
a) Que seja iniciado de forma imediata o processo de construção do novo
Hospital de Barcelos;
b) Que o novo hospital agregue no seu conteúdo funcional valências que
venham a aumentar a oferta de saúde em Barcelos, contribuindo para a
melhoria da qualidade de vida das populações e fixação de pessoas
Da presente moção deve dar-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor
Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da
República, Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro, Excelentíssima Senhora
Ministra da Saúde e Grupos Parlamentares da Assembleia da República
Barcelos, vinte e dois de abril de dois mil e vinte e dois"
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor primeiro secretário
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
A moção pela construção do novo Hospital de Barcelos é aprovada por
unanimidade na Assembleia Municipal de Barcelos
Informava ainda os senhores deputados que, relativamente ao processo
de votações, o senhor deputado José Rosa irá apresentar uma declaração de
voto escrita relativa ao voto de saudação do Bloco de Esquerda sobre o vinte e





COPIA	
Barcelos, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados,	
Municipal de Barcelos, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de	
PÚBLICO – Andreia Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia	
fazer o seu pedido de esclarecimento. Tenha a bondade	
Pedia à senhora Andreia Marisa Barros Silva se se dirigia ao púlpito, para	
de um acesso a viaturas na escola EB/JI de Durrães	
Andreia Marisa Barros Silva, que vem pedir esclarecimentos sobre a construção	
para o período de intervenção do público, para a qual se inscreveu a cidadã	
Terminado então o período de antes da ordem do dia, iríamos passar	
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor primeiro secretário	
Pereira	
Foi eleito o senhor deputado Luís Miguel Gomes Barbosa da Costa	
Votos nulos: um;	
Votos em branco: oito;	
Lista A: sessenta e dois votos;	
Votaram: setenta e um deputados municipais;	
BTF e CDS	
Houve apenas uma lista, apresentada pelos Grupos Municipais do PSD,	
da mesma, para a Comissão Consultiva da Revisão do PDM de Barcelos	
antecedeu esta sessão da Assembleia, com o propósito de eleger um elemento	
PRIMEIRO SECRETÁRIO – Senhores deputados, houve uma votação que	
que tivemos aqui no início da Assembleia	
Pedia ao senhor primeiro secretário se anunciava o resultado da votação	
lo de forma escrita também	
os senhores deputados ou os grupos municipais que o entenderem podem fazê-	
Não tenho mais nenhuma informação sobre declarações de voto escritas,	
cinco de abril	



Caro Público.-----

------Como representante dos pais das crianças que frequentam a escola EB de Durrães, situada na União das Freguesias de Durrães/Tregosa, estou aqui não só para expor as más condições de acesso à referida instituição, mas também para propor uma solução para este problema.-----------Ao contrário do que se tem verificado noutras zonas do concelho e mesmo do país, o número de alunos que frequentam a escola EB de Durrães tem aumentado significativamente, estando inscritas, este ano letivo, por exemplo, cinquenta e nove crianças nas turmas do pré-escolar e do primeiro ciclo. Duas destas apresentam necessidades educativas especiais, em detrimento das suas dificuldades motoras. As crianças que frequentam a escola EB de Durrães são originárias não só da freguesia de Durrães, mas também de outras freguesias do concelho, como, por exemplo: Aguiar, Tregosa, Fragoso, Quintiães e Vila Boa.----------Os pais têm optado por inscrever os seus filhos nesta instituição de ensino público devido ao seu caráter inclusivo, à qualidade do seu ensino e dos seus recursos humanos, mas também por causa das boas condições materiais e físicas que esta escola apresenta, reforçadas pelas obras que aí foram realizadas recentemente. Contudo, nesta instituição educativa persiste um problema antigo: o seu acesso. Este é ainda realizado por uma extensa escadaria inclinada, em pedra, desprovida de qualquer proteção para a chuva, como poderão constatar em fotos que tenho na minha posse. A morfologia da escadaria não oferece condições de segurança para a circulação das crianças, dos pais e dos seus funcionários. Em dias de chuva, os seus degraus tornam-se bastante escorregadios, tendo já levado a alguns incidentes. Além disso, como não existe uma rampa de acesso a cadeiras de rodas, nem condições no terreno para a sua implantação, as crianças com dificuldades motoras têm de ser





transportadas diariamente ao colo das funcionárias e dos pais. Se uma criança
tiver de ser assistida e transportada por uma ambulância, também não existe
forma desta aceder imediatamente ao edifício da escola, o que dificulta e atrasa
a assistência médica
Os pais da escola EB de Durrães consideram que a solução para este
problema passa pela aquisição do terreno implantado nas traseiras da escola,
que, aliás, o proprietário já demonstrou vontade em vender para bem da
instituição de ensino. A aquisição deste terreno permitirá a construção de um
bom acesso automóvel para usufruto dos pais, funcionários, professores e
veículos de socorro e de um espaço para inversão de marcha das viaturas, como
poderão constatar num projeto já realizado para o local, que tenho na minha
posse. Por outro lado, permitirá aumentar o espaço de recreio da escola que é
muito reduzido para o grande número de crianças que o frequenta. Além disso,
permitirá a construção de um espaço coberto para as crianças brincar nos dias
de chuva. Atualmente, nestes dias as crianças permanecem no interior das salas
de aula, a visualizar filmes, o que consideramos não ser adequado para a sua
saúde emocional e mental
Já nos dirigimos várias vezes à junta de freguesia para que estas situações
fossem resolvidas. Mas esta diz não ter recursos financeiros capazes. Assim
sendo, excelentíssimo presidente da Câmara Municipal de Barcelos, a Câmara
de Barcelos estará disponível a resolver todas estas dificuldades da escola EB de
Durrães, através da aquisição do terreno referido e da realização de um acesso
automóvel à mesma, para bem das crianças do nosso concelho?
Obrigada
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado pela sua questão apresentada,
senhora Andreia Silva
Irá ter a palavra o senhor presidente da Câmara Municipal para



responder
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor
Secretários, Caros Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da
Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de União de
Freguesias, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social
A preocupação que nos traz aqui hoje uma mãe, a dona Marisa, quero-
lhe dizer que efetivamente quer eu, quer a senhora vereadora já nos
deslocámos ao espaço da escola, percebemos que houve uma intervenção
muito recente de cerca de duzentos e três mil e quinhentos euros. E
questionámos na altura porque é que, aquando da realização destas obras, não
fizeram não só um acesso melhor, porque pior do que o acesso carral é o acesso
pedonal que efetivamente é muito íngreme, com muitas escadas e com muita
dificuldade de acesso para as crianças, sobretudo as crianças que também lá
vimos, que estavam lá efetivamente, duas crianças com mobilidade reduzida
Mas, paralelamente, também ficámos surpresos porque não havia
cantina, também não tem cantina. E esta semana a senhora vereadora
conseguiu junto do centro paroquial desbloquear a questão, que também já
tinha sido negociada anteriormente pela junta de freguesia para que se pudesse
ter uma cantina escolar
Nós fomos lá os dois e também com técnicos do município para avaliar
três situações:
Uma, o preço do terreno ao lado, que efetivamente, segundo
informações que o senhor presidente da junta nos transmitiu, era elevado e
acima do custo real ou do custo comercial para aquele espaço e para aquele
território;
A segunda avaliação que nós quisemos fazer foi perceber se o novo



## BARCELOS ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espaço permitiria um acesso mais fácil. E os nossos técnicos não têm essa
opinião. Acham que, uma vez que o terreno é muito íngreme, a dificuldade
manter-se-á. De qualquer das formas estão a fazer esse estudo para perceber se
se justifica ou não essa intervenção;
O terceiro ponto de análise foi ver se no acesso carral que existe se
consegue fazer uma alteração que permita não só um acesso de carro ou de
ambulância ou de qualquer que for mais fácil, mas também uma rampa de
acesso para eliminar de alguma maneira aquele martírio que é aquela escadaria
toda, muito bonita por sinal, mas de muito difícil acesso à escola
Com isto quero dizer que estamos preocupados, a senhora vereadora
está a acompanhar esta questão, e muito em breve daremos notícia
relativamente às informações que os técnicos da Câmara nos transmitirem
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara
Iríamos agora entrar no período da ordem do dia, propriamente nos dois
primeiros pontos:
Ponto um – Discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas
do Exercício Económico de dois mil e vinte e um;
Ponto dois – Apreciação da proposta da Câmara Municipal relativa à
atualização do Inventário do Património Municipal
Portanto, haverá uma discussão conjunta destes dois pontos
Estão abertas as inscrições!
Tem a palavra o senhor deputado Miguel Martins
<b>DEPUTADO DO BE – Miguel Martins</b> – Uma vez mais, cumprimentando todas e
todos os presentes e os que nos assistem via Web na sua pessoa, senhor
presidente
Eu começaria por referir o insólito que é estarmos a analisar a prestação



de contas do exercício económico de dois mil e vinte e um, um documento que é estruturante da ação do executivo camarário, mas que a responsabilidade do exercício ser praticamente do Partido Socialista, durante cerca de dez meses, sendo que em reunião de Câmara os vereadores do PS se abstêm. Mais, o Partido Social Democrata, que só tem diretamente responsabilidade em cerca de dois meses, vota favoravelmente a prestação de contas do Partido Socialista.-----------Mas centremo-nos no documento. Um orçamento municipal não é uma espécie de livro de contas de mercearia que apenas regista entradas e saídas (de dinheiro) sem olhar para o futuro. O seu mérito só é validado através da sua execução, pelo que não nos podemos limitar a olhar para a receita e para a despesa. É fundamental olhar para o investimento, pois, só dessa forma, é um documento estratégico e prospetivo.-----------A receita total cobrada é de quase cem milhões de euros, a maior dos últimos quatro anos, e tem uma taxa de execução de noventa e três ponto quarenta e oito por cento (dentro do índice dos últimos anos). Já a despesa paga é inferior a setenta milhões de euros, situando-se numa taxa de execução de sessenta e cinco ponto vinte e oito por cento (também dentro dos parâmetros dos últimos quatro anos). Relembro que estes valores, em grande parte, resultam do mandato anterior. É curioso, cobra-se sempre próximo do previsto, mas paga-se sempre muito longe do anunciado no orçamento para despesa.----------Se subdividirmos a taxa de execução global de despesa de sessenta e cinco ponto vinte e oito por cento temos que oitenta e um ponto trinta e três por cento se destina ao pagamento de despesa corrente (despesa com pessoal, aquisição de bens e serviços, entre outras formas de despesa), contra uma taxa de quarenta e cinco ponto noventa e cinco por cento para despesas de capital,



ou seja, despesa com investimentos. É perturbador, mesmo face aos
condicionamentos provenientes do período pandémico, que no ano anterior
foram ainda mais reduzidos
Olhemos ainda para a poupança corrente. Esta fatia do orçamento é,
muitas vezes, aquela que serve para desviar olhares e que permite afirmar que a
gestão é boa ou se é cuidadosa na gestão dos dinheiros públicos. Neste caso,
são pouco mais de vinte e três milhões de euros. Mas não é pouco. Pensemos
no seguinte: qual a utilidade de ter os cofres cheios se o concelho definha e
perde competitividade em termos locais, regionais e nacionais? Por que razão
não são estas verbas usadas para realizar os investimentos que as pessoas
aspiram e que o concelho necessita para se desenvolver?
Boa gestão é saber utilizar os fundos, em nome do coletivo e da
comunidade, em prol de todos, afinal este é de todas e de todos nós
Boa gestão é saber responder às necessidades prementes de uma
população
Boa gestão é construir as infraestruturas que proporcionem a satisfação
de vontades
Boa gestão é criar condições para a preservação e fruição dos recursos
naturais e espaços ambientais
Boa gestão é ter uma visão futura para uma população, neste caso de
Barcelos, de forma a potenciar capacidades, mobilizar meios e atrair
investimentos capazes de proporcionar um desenvolvimento sustentável no
espaço e sustentado no tempo
Infelizmente esta não tem sido a conceção de boa gestão financeira ao
longo dos executivos do nosso concelhoSenhoras e Senhores Deputados,
Senhoras e Senhores Deputados,
O poder local tem um papel determinante na vida das pessoas e uma



intervenção direta e próxima das necessidades, aspirações e qualidade de vida das populações, com mecanismos de decisão democráticos. O Bloco de Esquerda considera que nos sucessivos poderes autárquicos que até hoje governaram Barcelos, lamentavelmente para a população, este conceito de exercício do poder não tem sido realidade. Aguardamos para ver o que sairá do atual executivo. Para já damos o benefício da dúvida. E os habitantes de Barcelos podem contar com o Bloco de Esquerda. Assumimos o compromisso de estar vigilantes para com as práticas governativas, nunca esquecendo o programa eleitoral com que fomos eleitos, respeitando as reivindicações aí presentes, respeitando o mandato com que fomos eleitos. "Servir o povo e nunca servir-se dele", é esse o nosso lema.-----------Disse.------PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado.----------Tem a palavra a senhora deputada Elisabete Silva, do BTF.-----DEPUTADA DO BTF - Elisabete Silva - Boa noite.---------Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------Os documentos de prestação de contas servem para duas coisas muito simples: para analisarmos o processo orçamental em cada ano económico e para fazermos uma avaliação do processo patrimonial do município e suas implicações financeiras.----------Portanto, não são precisas muitas contas nem grandes folhas de cálculo no excel para uma análise crítica em função das decisões políticas que lhe deram origem.----------A dotação final da receita foi de cento e seis vírgula nove milhões de euros, com um bom comportamento de execução (noventa e três vírgula



quarenta e oito por cento), mas, pelos vistos, e lá iremos, liquidar ou cobrar receitas é uma tarefa deveras simples de atingir. Ou seja, a maioria da cobrança é de impostos diretos e indiretos do município e da transferência de fundos municipais inscritos no orçamento do Estado. Para tal bastaria aos responsáveis políticos que nada fizessem ou ficarem sentados em amenas conversas e as receitas estariam sempre e repetidamente a cair nas contas bancárias, quer nos cofres do município.----------Deste modo, para obtermos um bom resultado de cobrança, de certa receita, não é necessário grande esforço na decisão política e o pior é a despesa, ou certa despesa.-----------Vejamos:-----------A despesa tinha naturalmente a mesma dotação da receita, com cento e seis milhões de euros. No entanto, o seu desempenho foi francamente mau. A despesa corrente foi de oitenta e um vírgula trinta e três por cento mas à custa daquilo que é facilmente gerível, como são as despesas de funcionamento com pessoal (vinte e três vírgula um milhões), bens e serviços (quinze vírgula dois), transferências correntes e subsídios (sete vírgula oito), entre outros.-----------Quanto às despesas de capital, que criam riqueza, dinamizam a economia, a sua execução foi muito má e o enfoque da análise orçamental deve ser centrado neste ponto.----------O executivo tinha previsto financiar projetos de investimento com quarenta e oito vírgula cinco milhões de euros e só executou vinte e dois vírgula três, equivalente a quarenta e cinco vírgula noventa e cinco por cento, sendo que destes só para transferências para as juntas de freguesia foram dez vírgula seis milhões. Significa que dos vinte e dois vírgula dois milhões de investimento só cerca de onze vírgula sete foram investidos em projetos do município. Por esta razão, o saldo que transitou para dois mil e vinte e dois foi cerca de trinta





## BARCELOS ASSEMBLEIA MUNICIPAL

milhões de euros. E só uma receita extraordinária justificaria tal saldo. E não a
houve
Ora, a taxa de execução da despesa foi de apenas sessenta e cinco vírgula
vinte e oito por cento, fortemente influenciada pela baixíssima taxa da execução
da despesa de capital
Por estas razões é que recorrentemente falámos em perdas de
financiamento de projetos do Portugal Vinte Vinte, como os do PEDU
Agora compreenderemos melhor porque liquidar e cobrar receita do
município ou dos fundos municipais é muito fácil. Como fácil é fazer despesas
correntes mais que previsíveis
Difícil são os investimentos planeados, projetos aprovados e executados
Faltou ação política no tempo certo
Antes de tecer quaisquer considerações sobre o processo patrimonial é
importante uma abordagem à capacidade de endividamento do município que,
ao ser elevada, pode não passar de uma ilusão em certa medida
De acordo com as regras de cálculo, o limite máximo e legal da dívida do
município é de oitenta e dois vírgula vinte e seis milhões. Se deduzirmos a dívida
do município, incluindo as participadas (doze vírgula quatro milhões), a
capacidade de endividamento é de sessenta e nove vírgula oito milhões. De
notar que só a EMEC e a Resulima contribuem para um encargo de quatro
vírgula três milhões. Isto demonstra o risco das participadas. E leva-nos à opção
sobre a aquisição de quarenta e nove por cento de capital sobre as Águas de
Barcelos do anterior executivo, onde o município poderia ficar sem qualquer
capacidade de endividamento, porque cerca de metade da dívida da empresa,
supostamente elevadas, poderiam colocar o município em excesso de
endividamento, com repercussões financeiras preocupantes para o futuro. Por
isso, fez e fará bem este executivo em não insistir na aquisição de quarenta e



nove por cento do capital da Águas de Barcelos
Quanto ao processo patrimonial, com eventuais repercussões financeiras
do município, nem sempre valorizadas, entendo que há uma elevada carga nas
previsões (sessenta e dois vírgula trinta e oito milhões), paradoxalmente
insuficientes. E sendo previsões não afasta a possibilidade de a curto prazo se
tornarem um encargo efetivo e desvirtuar toda a estabilidade orçamental. Só a
previsão para a Águas de Barcelos é de cinquenta e nove milhões, bem longe
das prestações vencidas até à presente data que totalizam noventa milhões a
preços de dois mil e dez
Outra questão que deve ser resolvida é o excessivo número de processos
judiciais, com forte implicação nas previsões, sugere-se ao executivo um esforço
adicional no sentido de diminuir, através das transações judiciais, o número de
processos e das previsões neste capítulo
Por fim, e neste domínio, gostaria de dizer, de uma vez por todas, que
nem a sonhar podemos almejar o resgate da concessão das redes públicas de
água e saneamento
Está demonstrado que o resgate custa cerca de duzentos e quarenta e
dois milhões de euros e a capacidade de endividamento do município não vai
para além dos sessenta e nove vírgula oito milhões, de acordo com os números
desta prestação de contas
No entanto, e não obstante a responsabilidade deste executivo, se é de
apenas dois meses, o BTF votará favoravelmente a presente proposta em
sintonia com os parceiros da coligação Barcelos Mais Futuro
Muito obrigada
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada
Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do Partido
Comunista Português



<b>DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo</b> – Muito obrigado, senhor presidente
O documento de prestação de contas, que estamos a apreciar e votar, é
o relatório da atividade e a expressão contabilística da execução do orçamento
do ano anterior da responsabilidade, essencialmente, do Partido Socialista
Atendendo que o executivo responsável por essa execução já não exerce
poderes governativos, nesta condição, se o documento não perde importância
política, pois permite com base documental responsabilizar o PS, perde
oportunidade política na perspetiva da análise económica e financeira do
documento
Assinalo que tal como o povo, no ano passado, votou contra a estratégia
política ou ausência dela refletida neste documento, também o PCP votará
contra
Por isso, a minha intervenção prende-se mais com o que se deve fazer do
que com o que foi feito ou não foi feito
Este documento serve como elemento orientador do que não se deve
fazer e serve para não se cometer os mesmos erros
O novo executivo deve olhar para eles com olhos atentos e deve atender
às necessidades centrais dos barcelenses
Em linhas gerais, insisto, pois os problemas subsistem, e enquanto os
problemas subsistirem eu terei que falar neles, quero abordar alguns assuntos
centrais que o novo executivo se deve preocupar e que este documento não
atendeu
Os direitos dos trabalhadores
O máximo respeito pelos direitos dos trabalhadores, pelo pagamento da
opção gestionária, pelo pagamento das horas suplementares e os retroativos do
subsídio de penosidade, investir e melhorar nas condições laborais pela
dignificação e valorização do trabalho dos trabalhadores do município



Distribuição pública de água e saneamentoDistribuição pública de água e saneamento	
A resolução do problema causado pela concessão de distribuição de água	
e saneamento devolvendo à esfera pública o que nunca deveria estar na mão de	
privados. Os tempos de hoje mostram que nada trava o capital no alcance dos	
seus objetivos: aumentar lucros e concentrar riqueza	
A desgraça coletiva como a pandemia e a guerra são para o capital	
oportunidades que não têm pudor em aproveitar, especulam os preços criando	
sérias dificuldades de acesso aos trabalhadores e ao povo a bens essenciais.	
Quando se prevê períodos de seca mais frequentes e longos, o acesso à água	
não pode estar submetido a esta lógica especulativa dos bens essenciais. Por	
isso, o município deve ter uma linha orientadora de remunicipalização da água e	
saneamento	
A valorização do Cávado e da zona ribeirinha	
O município deve intervir neste recurso natural quer pela prevenção e	
combate à poluição, quer pela valorização da zona envolvente, é questão	
central para o desenvolvimento social, económico e ambiental do concelho	•
A criação de equipas de guarda-rios equipadas com recursos que	
permitam monitorizar o Cávado, detetando pontos de poluição e intervindo	
atempadamente no seu combate é uma opção fundamental de prevenção e	
defesa do Cávado que o novo executivo deve atender e que este documento a	
nada se refere	
O desenvolvimento, juntamente com o governo e outros municípios, de	
um projeto que vise a despoluição do Cávado, problema central do nosso rio, é	
um objetivo que este executivo não pode abdicar	
Em parceria com as juntas de freguesias banhadas pelo Cávado e Neiva	
desenvolver projetos que impliquem a criação de zonas ribeirinhas de lazer e	
desporto, praias fluviais, em respeito pela fauna, flora e o ambiente, e a	
COPIA.	





recuperação do património ribeirinho como açudes, azenhas e outros,
permitindo aumentar o bem-estar das populações e a atratividade do concelho,
preocupações que não vêm refletidas neste documento e que o novo executivo
deve atender
A questão da mobilidade
Dar uma atenção imperiosa aos nossos transportes coletivos, quer
rodoviários quer ferroviários, com uma estratégia bem definida, na linha do que
disse na intervenção anterior, por isso não me vou repetir
Na habitação
Que nunca foi uma grande preocupação do anterior executivo e, por isso,
nada vem refletido neste documento
A política municipal de habitação reduz-se à execução de regulamentos
que não acompanham a atual realidade de acesso à habitação, visto que o limite
de renda permitida está muito longe das praticadas pelo mercado especulativo,
o executivo deve ajustar o regulamento de apoio à renda à realidade, tarda em
fazê-lo apesar da especulação já ter alguns anos. Sem desvalorizar estes
instrumentos, só o investimento público na criação de habitações com rendas
acessíveis responde às reais necessidades da população e contribui para
combater a especulação imobiliária. Se no próximo ano este executivo não quer
ter uma prestação de contas igual a estas tem que atender estas necessidades
A questão do desporto
A Câmara Municipal de Barcelos não se pode limitar a transferir subsídios
para as diversas associações e clubes desportivos, que cumprem um trabalho
meritório no fomento do desporto, mas investe muito pouco em equipamentos
desportivos e não cria condições para a prática desportiva fora do quadro do
desporto federado
Em Barcelos não há nenhuma pista de atletismo, há falta de pavilhões



polidesportivos, há poucas piscinas e são escassíssimas as condições para a
prática, pelo simples prazer, das mais diversas modalidades por falta de espaços
públicos para o fazer
A prática de desporto não federado reduz-se à frequência de ginásios,
que proliferam e trazem custos, ou à corrida, caminhada e bicicleta nas estradas
e passeios com sérios riscos para a segurança dos praticantes, pelos maus pisos
e pela partilha dos espaços com os veículos motorizados, pois o ordenamento
do território não permite a prática desportiva ao ar livre com segurança
Só com uma política desportiva de orientação popular e mais
investimento público em equipamentos desportivos, na criação de espaços
públicos de lazer e a valorização do desporto escolar que se fomenta a
generalização e a democratização da prática da cultura física, levando o
desporto a mulheres e homens, crianças, jovens e idosos, pessoas portadoras de
deficiência de forma equitativa
Para terminar, dizer que tem que haver um forte investimento público,
contrariando aquilo que este documento reflete. A necessidade de uma
estratégia política bem definida de saber que cidade queremos e que concelho
queremos é fundamental para um investimento público assertivo em obras
estruturantes para o concelho. Uma dinâmica política de investimento que
permita captar apoios comunitários, fomentando o desenvolvimento do
concelho
A estratégia ou a ausência dela, mas a ausência de estratégia também
pode ser uma estratégia, o que está refletido neste documento é uma estratégia
do avaro que acumula saldos de gerência quando tudo à volta está por fazer,
prejudicando o acesso a apoios comunitários e mesmo hipotecando-os por o
município não cumprir a parte que lhe cabe, prejudica os interesses dos
barcelenses. E esta estratégia dá muito mau resultado e atira o concelho de





Barcelos para uma situação de subdesenvolvimento, estando por cumprir muitas características daquilo que define um concelho desenvolvido que responde ao bem-estar e às necessidades dos seus cidadãos.---------Por isso, o novo executivo se não quer para o ano ter uma prestação de contas iguais a esta, ou seja, com uma ausência de estratégia, sem capacidade de desenvolver o concelho de Barcelos, tornando-o igual e idêntico a concelhos que estão à nossa volta, se não tiver em atenção estas necessidades, terá de facto uma prestação também de contas que nada reflete e que nos remete aqui só para falar de questões de balanço e de números que sinceramente, eu como técnico oficial de contas, me aborrece fazer.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado.----------Tem a palavra o senhor deputado Nélson Brito, do Partido Socialista.-----**DEPUTADO DO PS – Nélson Brito** – Senhor presidente, boa noite, novamente.--------Simplifico os cumprimentos para poupar no tempo.----------Relativamente a este ponto, o Partido Socialista vai abster-se, tal como já na Câmara Municipal se absteve. E vai abster-se exatamente pelas mesmas razões que já foram invocadas anteriormente e têm a ver obviamente com a forma como o documento de prestação de contas que, ao fim e ao cabo, são cerca de dez meses da responsabilidade do Partido Socialista, seria perfeitamente natural que o Partido Socialista votasse favoravelmente o documento, a verdade é que a forma como ele está redigido parece que foram de facto escolhidas, digamos assim, as palavras para quase inviabilizar a possibilidade de um voto favorável do Partido Socialista. Porque expressões como "esta execução foi fortemente prejudicial para a execução de projetos de investimento" ou "esta insuficiente prestação equivale a dizer que tivemos investimento de capital muito aquém do esperado e com o risco evidente de



perda de fundos do PEDU", que esta questão dos fundos do PEDU faz-me lembrar o Diabo que um outro primeiro-ministro se fartou de invocar aqui há uns anos atrás, mas que nunca, pelo menos até hoje, não apareceu. E, portanto, vamos aguardar com serenidade e para ver quais os fundos do PEDU que vamos perder em relação aos projetos que já estão aprovados. A mim preocupa-me principalmente aquilo que já disse aqui antes, preocupa-me é que Barcelos corra o risco de deixar de poder candidatar-se aos fundos do PEDU. Que eu tenho a certeza que este executivo vai conseguir, como o anterior executivo se tivesse sido reeleito conseguiria certamente aproveitar todos estes fundos que lhe foram atribuídos nos projetos que foram aprovados no passado.----------Portanto, aquilo que eu diria e aquilo que o Partido Socialista diz é não haveria necessidade de um documento, que é um documento de prestação de contas, que é um documento eminentemente técnico, pudesse ter uma carga política na sua redação tão grande, tão evidente, e assumidamente, porque a declaração de voto que foi feita pela coligação assume isso e diz que a posição da maioria da coligação é eminentemente política.----------Portanto, o Partido Socialista abstém-se e não deve haver surpresa para ninguém com essa abstenção.----------Por outro lado, em relação à questão dos dez meses, e em relação àquilo que o Partido Socialista efetivamente deixa e àquilo que essa prestação de contas reporta, não obstante a parte do investimento ficar aquém estar muito enfatizada, e outros aspetos, que consideramos muito positivos, estarem descritos pura e simplesmente de uma forma factual, sem estados de alma.----------Nós deixámos uma dívida, que está lá e a senhora deputada do BTF aqui referiu, de nove milhões de euros, nove milhões de euros, deixámos uma margem em endividamento de setenta milhões de euros, e deixámos um saldo de trinta milhões. O que significa que o atual executivo municipal tem cem





milhões de euros de fundos próprios para investir. Fundos próprios, isto é, fundos próprios mais capacidade de endividamento por sua única e exclusiva decisão. Portanto, tendo em conta que está muito focado, e muito bem, no investimento, dinheiro e capacidade para realizar investimento não faltam. Há uma fórmula muito simples na economia que é: poupança igual a investimento. Portanto, neste caso o Partido Socialista poupou, o PSD, o BTF e o CDS poderão investir, acho que isso é positivo.----------Por outro lado, transferências para as freguesias, dez vírgula seis milhões de euros, quase onze milhões de euros num único ano. Vamos ver dois mil e vinte e dois, certamente vai ultrapassar este valor.----------Em relação às associações sem fins lucrativos, transferências de quase quatro milhões de euros em dois mil e vinte e um. Também está no documento.-----------Investimento.------------Verdade que o investimento ficou aquém, está lá, os números não mentem nem eu estou aqui a querer fazer contorcionismo de números. Não chega a nove milhões de euros a despesa paga, a despesa comprometida, portanto, projetos que estão em curso, são quase dezasseis milhões de euros. Portanto, aquilo que se pode claramente dizer é que não houve uma política de vamos fazer e quem vier a seguir que pague a conta, pelo contrário. E isso, honestamente, far-nos-ão essa justiça.----------O PS conseguiu, apesar de tudo, deixar a aquisição do terreno para o campus do IPCA, garantindo que o IPCA continua a crescer de uma forma sustentável e forte em Barcelos. Já o disse anteriormente, não me cai nada em voltar a dizer, para mim, e agora até falo mais a título individual, foi a melhor obra que o PSD tinha feito na governação anterior, sem dúvida deixar o IPCA. Foi um projeto estruturante para o futuro. E esta gestão do Partido Socialista



<b>\</b>

percebeu isso desde o princípio, acho que todos percebemos, e tudo fez com
atos concretos como este, como foi a aquisição destes terrenos
Fizemos o centro escolar da Várzea
Fizemos obras de reabilitação e ampliação da escola EB um de Martim e
Carapeços
Fizemos a reabilitação do Campo São José
Fizemos a reabilitação do bairro Fundação Salazar
E foram iniciadas as obras de reabilitação do Mercado Municipal, que
infelizmente não terminamos
Transferimos para as famílias um milhão e duzentos mil euros a título de
apoios no âmbito da política social, como é apanágio da governação socialista
Assumimos competências no âmbito da educação, desafios que agora
também passam para o novo executivo porque implica uma alteração
substancial ao nível das competências do município. Aliás, recentemente o
Porto e o presidente da Câmara do Porto até ameaçaram sair da Associação
Nacional de Municípios por causa disto. Portanto, Barcelos já assumiu e iniciou
esse trabalho com todas as consequências que isso nos traz, mas que traz
também muita responsabilidade pela positiva
Assegurou a gratuitidade dos passes para todos os alunos
Conseguiu fazer e manter o Barcelos BUS no âmbito da política de
mobilidade e da política de descarbonização
Portanto, isto para dizer que não foi assim tão pouco aquilo que se fez e
dizer também que temos muito orgulho naquilo que foi feito e assumimos
inteira responsabilidade pelo que não foi. Não vamos estar aqui a querer
escamotear nada nem a fugir às responsabilidades, mas não temos nenhuma
vergonha de assumir, pelo contrário, o legado que deixámos
Aquilo que eu diria também, foi aqui apontado como uma provisão, que



deixa preocupações pelo facto de ser cinquenta e nove milhões de euros, ser
muito inferior à indemnização, leiam o relatório do auditor externo, também
está na documentação de preparação desta Assembleia, e vejam o que lá está
escrito sobre esta matéria. Não está nada!
Dito isto, o Partido Socialista irá abster-se, obviamente dando liberdade
de voto aos seus presidentes de junta por razões óbvias, e estamos aqui de uma
forma construtiva a fazer a oposição, como no passado estivemos na
governação
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Nélson Brito
Tem agora a palavra o senhor deputado José Padrão, do Partido Social
Democrata
<b>DEPUTADO DO PSD – José Padrão</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa
e Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras
Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas Presidentes de Junta, Caros
Eleitos, Público, Comunicação Social
Sobre o ponto um, prestação de contas do exercício económico relativo a
dois mil e vinte e um, vou focar a minha intervenção na parte que concerne aos
subsídios atribuídos às juntas de freguesia e associações
Estamos a analisar e vamos votar um documento onde o anterior
executivo do Partido Socialista teve uma participação de cerca de oitenta por
cento, a restante é do PSD, daí entendia que seria natural que as duas bancadas
votassem a favor, isso refletiria o assumir das suas responsabilidades. Mas nem
sempre a lógica impera
Comparativamente a estes subsídios do ano dois mil e vinte e um,
atualmente já assistimos a alterações nos procedimentos que os vão tornar
mais justos e equilibrados. Os tais quatro milhões de euros para as associações



podem manter o valor mas de uma forma mais equilibrada e equitativa por	
todas as associações	
Quero realçar e destacar o cumprimento da lei que obriga a que todos os	
subsídios, neste caso os autos de concessão, sejam dado conhecimento e	
aprovados no seio da Assembleia Municipal	
Quero também realçar o facto de que, para além dos duzentos por cento,	
temos mais cinquenta por cento para investimento e neste momento, à data de	
hoje, praticamente já todos foram contemplados sem discriminação partidária,	
onde o critério é claro e será executado de igual forma nos quatro anos e sem	
calendário eleitoral	
Uma palavra sobre as associações. Aqui destaco a igualdade de	
oportunidade e neste sentido vão ter esse tratamento justo, pois no passado	
verificávamos que nem todas as associações conseguiam ter acesso a subsídios.	
Agora, e bem, o município vai cadastrar todas as associações barcelenses para	
posteriormente criar um regulamento justo e equilibrado de forma que todos	
sejam beneficiadas com isso	
Disse	
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado	
Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS	
<b>DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da	
Assembleia, demais Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e	
demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas	
Senhoras e Meus Senhores	
Iniciarei a minha intervenção recuando no tempo, ao passado não muito	
distante, ao tempo em que o Partido Socialista "dominava" o executivo	
municipal	
Aquando da discussão e votação dos documentos de prestação de	
COPILE	



contas, de exercícios económicos anteriores, podíamos nesses documentos ler o
seguinte e passo a citar textualmente:
"Os barcelenses têm reconhecido o mérito deste executivo deixando
bem claro que só o Partido Socialista tem condições para continuar à frente da
gestão municipal, constituindo, desse modo, uma responsabilidade acrescida,
não existindo em Barcelos qualquer alternativa política coerente, sólida, credível
e estável que garanta uma sustentabilidade governativa equilibrada, que
corresponda às expetativas dos barcelenses", fim de citação
Pois bem, a realidade atual vem desmentir integralmente tal afirmação,
confirmando a existência de uma alternativa política coerente, sólida, credível e
estável que garante a sustentabilidade do atual executivo municipal
E a responsabilidade acrescida com que este executivo municipal exerce
a sua "governação" está plasmada na votação que levou à aprovação deste
documento
Não é compreensível que este documento, que espelha a "governação"
socialista durante os dez meses do ano de dois mil e vinte e um, não tenha
merecido o voto favorável dos vereadores do Partido Socialista
Também o CDS e os demais grupos municipais que suportam o atual
executivo municipal irão votar favoravelmente o documento de prestação de
contas do exercício económico de dois mil e vinte e um, contribuindo assim para
a sua aprovação
E fazem-no com sentido de responsabilidade e missão de
sustentabilidade do atual executivo municipal, acautelando, assim, um eventual
sentido de voto dos eleitos do Partido Socialista — já foi anunciado pela
abstenção – que impedissem, dessa forma, a aprovação deste documento
O que atrás dissemos para os vereadores do Partido Socialista vale na
íntegra para os eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia, ou seja, não é





compreensível que este documento, que espelha a "governação" socialista	
durante os dez meses do ano de dois mil e vinte e um, não venha a merecer o	
voto favorável dos membros do Partido Socialista desta Assembleia!	
Mas o facto de o CDS votar no sentido da aprovação deste documento	
não nos inibe de ao mesmo fazer reparos	
E o principal e que se destaca é a reduzida taxa de execução global da	
despesa, em particular a baixa taxa de execução da despesa de capital, que se	
ficou pelos quarenta e cinco vírgula noventa e cinco por cento	
Esta fraca taxa de execução teve, como consequência, um elevado saldo	
de gerência, dinheiro este que não foi investido e com o risco de se perderem	
fundos de projetos já financiados, dinheiro este que não foi posto ao serviço do	
concelho e dos barcelenses, cujo único responsável é o anterior executivo do	
Partido Socialista	
Conforme já referido, o CDS votará favoravelmente o documento ora em	
discussão	
Muito obrigado	
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado	
Tem a palavra o senhor deputado António Jardim, do Chega	
DEPUTADO DO CH – António Jardim – Excelentíssimo Senhor Presidente da	
Assembleia, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara	
Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados,	
Público	
Relativamente ao exercício económico referente ao ano dois mil e vinte e	
um, e face às reservas apresentadas pelo auditor externo sobre as contas, o	
Chega vai votar a favor	
Para esta decisão pesou o facto de o atual executivo ter herdado do	
anterior executivo o que entendemos ser uma péssima execução orçamental.	





Ficando muito distante do que seria o ideal pois os números não enganam e
revelam a falta de compromisso do anterior executivo para com os
barcelenses
O litígio com as Águas de Barcelos é sem dúvida o grande problema que o
atual executivo tem pela frente e se é verdade que foi iniciado ainda com um
executivo liderado pelo PSD, não é menos verdade que foram as falsas
promessas do Partido Socialista enquanto executivo camarário e ao longo de
doze anos de governação que não só não resolveram como ainda agravaram a
posição do município perante o contrato existente com as Águas de Barcelos
No entanto, estaremos atentos às promessas do atual executivo aquando
da sua tomada de posse e seguiremos todos os passos que forem dados no
sentido de minimizarem o impacto económico no bolso dos barcelenses no que
à gestão das águas diz respeito
Relativamente ao ponto um, a inventariação de bens do município,
também são colocadas reservas relativamente ao real valor dos bens objeto de
transferência de competências do Estado para o município. Relativamente a
este ponto, entendemos que o executivo deve pronunciar-se sobre o ponto de
situação atual, bem como o que preveem para o futuro perante os dados que já
têm na vossa posse
Perante isto, ao Chega não surpreende as reservas explanadas no
relatório do revisor oficial de contas
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Terminada a primeira ronda de inscrições, perguntava agora: quem se
inscreve para a segunda ronda?
Senhor deputado Miguel Martins, do Bloco de Esquerda
DEPUTADO DO BE - Miguel Martins - Uma vez mais renovo os meus



cumprimentos a todas e a todos os presentes na pessoa do senhor presidente
da Assembleia
Atualmente vivemos num estado de emergência climática. A humanidade
está perante o descalabro caso não atuemos contra as alterações climáticas e
antes que estas se tornem irreversíveis. Para isto não há tempo para esperar. O
nosso futuro está em risco
Todos os contributos são importantes para o combate às alterações
climáticas. Neste caso em concreto a ação dos municípios e do poder local é
fundamental para uma causa que é nacional, mundial e da humanidade. Mas,
em Barcelos, parece que não se passa nada, ou melhor, passa-se no sentido
errado, além das iniciativas que não se desenvolvem até se acaba com o
programa de limpeza, vigilância e manutenção do Rio Cávado, fundamental para
o ecossistema local e que estava a ter resultados positivos para a sua
despoluição
Insistimos, ainda, noutra questão: o Barcelos BUS. Este é um bom
investimento e de todo importante manter. É necessário expandir a rede do
Barcelos BUS de forma a cobrir todo o concelho. Mas também não descurar a
necessidade de criar passes sociais que permitam a todas e a todos os
residentes utilizar este serviço, independentemente da sua condição
económica. Este seria um bom investimento na sustentabilidade ambiental e na
sustentabilidade social de Barcelos, fazendo bom uso do dinheiro público
Face ao exposto, quer agora quer anteriormente, pela coerência de
termos votado contra o orçamento municipal a que se refere a presente
prestação de contas e porque, uma vez mais, se adiou o desenvolvimento de
Barcelos, o Bloco de Esquerda vota contra este documento
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado,



Senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do PSD
<b>DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro</b> – Renovo os cumprimentos à Mesa,
ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público
Pela análise dos documentos de prestação de contas do Município de
Barcelos, relativos ao exercício económico de dois mil e vinte e um, existem
algumas questões que o Grupo Municipal do PSD gostaria de destacar:
Salienta-se o facto de, apesar de ser o atual executivo municipal que tem
a responsabilidade política de apresentação das contas, o sucesso ou insucesso
das decisões tomadas e executadas é, em grande medida, da responsabilidade
do anterior executivo municipal, que governou o município até ao dia dezoito
de outubro de dois mil e vinte e um;
A existência de um saldo de gerência de cerca de trinta milhões de euros,
a transitar para o exercício económico de dois mil e vinte e dois, o que, à
primeira vista, até parece algo de positivo, mas que denota, mais uma vez, a
enorme falta de capacidade de executar, e de investir, que é algo que
caracterizou, que é uma marca, da gestão municipal do Partido Socialista na
Câmara Municipal de Barcelos;
Ao não investirem estrategicamente uma parte significativa deste saldo
de gerência comprometeram o desenvolvimento social e económico do
concelho, ficando cada vez mais para trás em relação aos concelhos vizinhos. O
investimento público municipal não funcionou como alavanca para a atração de
investimento privado para o concelho de Barcelos;
O exercício económico de dois mil e vinte e um caracteriza-se por uma
taxa de execução ao nível da receita relativamente elevada, de cerca de noventa
e três ponto cinco por cento. Merecendo destaque a receita oriunda dos
impostos cobrados aos barcelenses. Tal como o PSD defendia, existia margem
para baixar a carga fiscal sobre as famílias e as empresas barcelenses, sobretudo





numa altura em que o governo socialista nos vai sobrecarregando com um novo record do peso da carga fiscal sobre os portugueses, que em dois mil e vinte e um foi de trinta e cinco ponto oito por cento do PIB;----------Quanto à taxa de execução ao nível da despesa, a mesma cifra-se nos cerca de sessenta e cinco por cento. Merecendo destaque a baixíssima taxa de execução ao nível das despesas de capital, ou seja, as relativas ao investimento, que se situa nuns modestos quarenta e seis por cento. Por muito que o Partido Socialista, e essencialmente o anterior presidente da Câmara, insistam em querer bater nos números, a verdade dos factos é que se executa menos de metade do investimento municipal previsto para o ano de dois mil e vinte e um, originando um risco, mais do que evidente, da perda de fundos comunitários importantes para o financiamento de alguns projetos.---------Estamos a discutir e votar uma prestação de contas de um exercício económico em que, uma vez mais, se adiou a resolução dos dossiers importantes para o concelho. Entre eles destacaríamos o dossier da água e o da construção do novo Hospital de Barcelos, para os quais doze anos de governação municipal do Partido Socialista não foi tempo suficiente para os resolver. No caso do dossier da água, as notícias vindas recentemente a público, trazidas por um vereador do Partido Socialista que terá acompanhado de perto o processo, só confirmam o que o PSD sempre disse. O PS nunca teve a intenção de resolver o dossier da água pois, por um lado, não tinham capacidade para cumprir o que prometeram e, por outo lado, sempre quiseram utilizar o processo como arma de arremesso e sobrevivência política, mesmo sabendo que era à custa de penalizar altamente os barcelenses na sua qualidade de vida.---------Mas não são somente estes os projetos para os quais doze anos de governação do Partido Socialista não foram tempo suficiente para resolver,



como também não o foram para: o fecho da circular urbana; a ligação da Central de Camionagem ao centro da cidade; a eliminação das passagens de nível; a conclusão da frente ribeirinha; entre muitas outras obras e projetos importantes e impactantes para Barcelos e para os barcelenses, que foram sempre sendo adiadas, ano após ano, exercício económico após exercício económico.----------O sentido de voto dos vereadores do Partido Socialista na prestação de contas de dois mil e vinte e um, assim como em outros assuntos da responsabilidade do anterior executivo municipal, tem merecido a estupefação da bancada do PSD e dos barcelenses em geral.---------Quando, do ponto de vista político, seria expectável que os vereadores do PS aprovassem a prestação de contas de um exercício económico que a maioria do ano foi o próprio PS a governar, acrescido de que uma parte significativa dos vereadores até transitam do anterior executivo municipal, não é que surpreendem tudo e todos com o voto de abstenção?! E são os vereadores da coligação Barcelos Mais Futuro a aprovarem a prestação de contas de um ano em que a sua responsabilidade política é muito residual. De certo modo, este sentido de voto dos vereadores do Partido Socialista deixa o anterior presidente da Câmara numa posição política ainda mais isolada e ainda mais fragilizada.----------Esta Assembleia Municipal, e os barcelenses, merecem uma explicação plausível para este sacudir de responsabilidades políticas que os vereadores do PS fizeram à governação do seu próprio partido e estávamos expectantes para ver se esse sacudir de responsabilidades políticas seria hoje extensível aos deputados municipais do Partido Socialista, e inclusive extensível ao anterior presidente da Câmara. Já vimos que também vai acontecer. Fica o registo político desta situação. As razões apontadas para a abstenção são surreais.-----



Senhor deputado Nélson Brito: "Vamo-nos abster devido a uma frase que
tem na prestação de contas". Vale o que vale, ou seja, nada! Para lhe ser sincero
e sem qualquer demagogia política eu tenho-o em melhor conta e achava-o
mais capaz de fundamentar e argumentar uma decisão muito mais
profundamente
Perante todo este cenário, o sentido de responsabilidade do Grupo
Municipal do PSD leva a que votemos favoravelmente os documentos de
prestação de contas do exercício económico de dois mil e vinte e um
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Para encerrar o debate da parte dos senhores deputados, tem a palavra o
senhor deputado Nélson Brito. Um minuto e dezassete segundos
<b>DEPUTADO DO PS – Nélson Brito</b> – Muito rapidamente, só para responder aqui
ao senhor deputado Alexandrino Ribeiro que eu ouvi-o com muita atenção, mas
constatei que o senhor deputado não me ouviu com atenção. Pronto, acontece,
só por essa razão é que disse o que disse aqui. Porque eu fui muito, muito claro.
Eu citei duas ou três frases mas podia citar mais. E fui muito claro e cristalino. O
PS votaria favoravelmente esta prestação de contas de uma forma
absolutamente natural, porque a grande maioria daquilo que lá está, para não
dizer a totalidade do que é relevante, é da responsabilidade do PS. Ponto final.
Agora, quem escreveu o documento não foi o executivo do PS. Foi o novo
executivo. Foi, senhor deputado não sei se se apercebeu disso, mas houve
uma mudança. E então quem escreveu o documento e quem leu o documento
que está escrito, publicado, percebe claramente que há ali um enviesamento da
linguagem que tende a pretender que o PS vota a favor para depois dizer:
"Estão a ver, até levam aqui umas pancaditas e votam a favor. Masoquistas".
Não somos. Portanto, não somos, não temos vergonha, pelo contrário,





orgulhamo-nos daquilo que fizemos e o tempo é o melhor conselheiro
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Está encerrado o debate da parte da Assembleia. Agora o senhor
presidente da Câmara para a intervenção final, faz favor
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado
Renovo os cumprimentos à mesa e a todos os presentes
Não quisemos intervir antes da intervenção dos senhores deputados
porque entendemos dar primazia ao debate parlamentar, porque são
efetivamente os atores privilegiados para a discussão deste documento
Dar duas ou três notas apenas que me parecem importantes
relativamente à apresentação das contas e depois responder a algumas
questões que nos foram levantadas
Em primeiro lugar, dizer que a gestão municipal dos primeiros dez meses
de dois mil e vinte e um foi, de facto, da responsabilidade do anterior executivo
e nós, nos dois meses e pouco que estivemos responsáveis pela execução do
orçamento, aproveitámos para arrumar a casa e elaborar o orçamento para dois
mil e vinte e dois
Relativamente às contas, importa dizer que a receita teve a maior
dotação de sempre, cento e seis ponto nove milhões, embora saibamos todos
muito influenciada pelas transferências de competências, em particular das da
educação em cerca de nove ponto três milhões de euros e também com a
incorporação do saldo de gerência de dois mil e vinte de vinte e três ponto
quatro milhões de euros
De uma forma geral, todas as receitas – isto é um dado importante –
provenientes dos impostos diretos do município subiram substancialmente,
quer fosse o IMI, IRS, Derrama ou IMT



## -

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

------Ao nível das despesas, naturalmente o óbvio, a dotação da receita foi igual à da despesa, o que era previsível e normal, as despesas corrente foram, no entanto, as que tiveram maior grau de execução, cerca de oitenta por cento. Subiram de trinta e quatro ponto nove para quarenta e sete ponto cinco milhões de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um.----------Inversamente e preocupantemente, em termos de despesa de capital, acontece exatamente o contrário. Há uma execução de guarenta e seis por cento apenas e apenas vinte e dois milhões de obra executada contra os quarenta e oito ponto cinco milhões previstos no orçamento.----------Em suma, a execução global do orçamento da despesa foi cerca de sessenta e cinto por cento influenciada por uma taxa de execução de despesa de capital muito baixa. Eu acho que é aqui que está o ponto.----------O ponto final relativamente a esta observação, quanto à conversa ou discussão que houve aqui, importa dizer que lamentavelmente o Partido Socialista não vota favoravelmente esta proposta. E lamentavelmente digo porque se a coligação Barcelos Mais Futuro não tivesse responsavelmente votado favoravelmente o que acontecia é que abstínhamos também ou votávamos contra e o documento não passava, criando um imbróglio completamente desnecessário.----------Esta habilidade que o Partido Socialista tentou aqui encontrar de haver um ou outro considerando que consideram menos próprio, embora verdadeiro, não altera rigorosamente o documento, os números são os que lá estão e são corretos, certos e não foram aqui seguer questionados ou postos em causa. Portanto, existe essa situação.----------E então é mais lamentável porque quer na vereação, quer na Assembleia Municipal estão representados muitos dos protagonistas maiores do executivo anterior que tiveram responsabilidade de conduzir os destinos do município





durante dez meses. Portanto, não se percebe esta tomada de posição. Não me parece sério nem razoável nem democraticamente maduro votar pela abstenção apenas e só porque há um ou outro considerando que não entendemos tão correto quanto isso. Lamentável é a única expressão que me oferece dizer neste momento.----------Quanto a algumas coisas que aqui foram ditas, permitam-me que esclareça aqui um conjunto de considerações que foram aqui proferidas.----------Em primeiro lugar, quando ouvi o arquiteto Hélder Tomé criou-se-me uma imagem na cabeça muito interessente, que foi aquela corrida de estafetas que existe no atletismo – até a propósito da pista de atletismo que está em falta em Barcelos e que o Mário Figueiredo, e bem, aqui denunciou - em que nós, Câmara de Barcelos, somos uma equipa a participar que vai entregando o testemunho de pessoa para pessoa, ano após ano vamos sempre ficando em último e quando estamos já a duas voltas de atraso entrega-se e diz-se "vamos lá embora, só falta correr mais que os outros para chegares lá". Isto é inaceitável. Isto é absolutamente inaceitável. Quer dizer, vocês não fizeram nada e agora dizem que está tudo feito, é só nós fazermos. Nós vamos pegar no testemunho e vamos fazer o melhor que pudermos, sabendo que vamos muito atrás, mas vamos lá chegar. Vamos lá chegar porque a nossa convicção e a nossa determinação são inabaláveis. Agora não sejam demagógicos. Temos que ser sérios.---------Efetivamente muitas das obras que vocês realizaram já vinham do passado e algumas até, eu dou-vos dois exemplos para que não fiquem dúvidas quanto a isto, o Mercado Municipal e a recuperação da Escola Gonçalo Pereira, que não foram vocês que lançaram, fomos nós, vocês não tinham lançado ainda quando nós chegámos à Câmara, vinham de projetos anteriores. A do Mercado, por exemplo, há problemas na execução da obra porque o projeto de dois mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seis não foi convenientemente alterado e justificado que permitisse corrigir coisas simples. A alteração legislativa obrigou a que houvesse uma alteração de alguns materiais. E agora temos problemas em termos de revisão de processo e revisão de preços porque tem que haver alteração de materiais. Isto acontece em todas as estafetas. Nós assumimos que partimos muito atrás, mas temos a estafeta na mão, ou o testemunho na mão, como se diz, e vamos até ao fim na esperança de conseguir chegar lá.-----------Mas dizer outra coisa que me parece muito importante: os centros urbanos regionais, as verbas do PEDU e os fundos comunitários. E quanto a isto é efetivamente, e o senhor deputado Nélson Brito disse-o de uma forma muito veemente e eu concordo e corroboro, uma preocupação que todos temos que ter. Mas eu não me esqueço que em dois mil e dezanove, quando o PNPOT foi apresentado e houve discussão pública, a Câmara de Barcelos fez zero. E hoje Barcelos lidera esta discussão, Barcelos conseguiu uma coisa que nunca tinha acontecido até hoje, nesta semana reunimos na CCDR as sete CIM's do Norte a colocar questões ao governo, à tutela, à CCDR, no sentido de considerar não só Barcelos mas todas as cidades ou municípios que não integraram os centros urbanos regionais para que fossem tidos em atenção. E propusemos de uma forma até positiva que os ITI's que estão previstos no novo quadro comunitário de apoio sejam não só ITI Área metropolitana, ITI Centros Urbanos, ITI CIM's, mas que os centros urbanos desapareçam e sejam só dois: ITI Áreas Urbanas, ITI CIM'S. Porque assim podíamos todos beneficiar de um pacote maior e que todos os municípios saíam a ganhar. Esta é uma luta que estamos a travar e que em boa hora vocês agora se juntam a nós e eu agradeço e acho que é importante para todos e para Barcelos claramente.----------Também dizer-vos que relativamente à questão das obras PEDU quando nós colocámos num dos tais considerandos que vocês não gostam - que





efetivamente o facto de não se ter investido alguma da verba dos trinta milhões que transitaram, por causa do timing, no dia trinta de junho de dois mil e vinte e três o que estiver executado é financiado, o que não estiver executado não é financiado. O atraso na concretização das obras e o atraso nos concursos origina naturalmente que haja o risco evidente de perda de fundos, o que nos preocupa de uma forma muito séria e muito honesta para colocar aqui perante todos. Julgo que isto é importante que seja referenciado.----------Falou também na questão do PDM. Mais uma habilidade do Partido Socialista. Eu sei, até porque falo com as pessoas e falo com os senhores presidentes de junta e falo com os senhores promotores, que o Partido Socialista está a vender uma narrativa que é: "Nós não temos nada a ver com aquilo. São estes senhores malandros que agora chegaram que vão apresentar um PDM que vai ser um terror".----------Eu quero-vos dizer que este PDM está para ser executado desde dois mil e quinze. Eu repito, dois mil e quinze. Que tem que terminar até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois. Quando nós pegámos no processo já tinha passado muito e muito tempo. Eu na última Assembleia Municipal disse, mas não me vou cansar de repetir, porque a culpa não vai morrer solteira! Não vai morrer solteira de certeza absoluta! E não iremos deixar, de forma alguma, que transfiram para nós uma responsabilidade que não é nossa! Nós iremos fazer tudo para corrigir, alterar e melhorar! Agora não me venham com histórias de que quem esteve sete anos sem fazer rigorosamente nada ou pouco agora venha exigir dos outros, que em dois ou três meses nós tivemos que entregar no dia oito de março de dois mil e vinte e dois – o plano. Ou seja, de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um a março de dois mil e vinte e dois, oito de março, tivemos que apresentar e modificar em algumas coisas a primeira proposta que apresentámos. E vamos discuti-la agora, tentando melhorar,



71

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tentando corrigir, tentando corresponder aos interesses dos barcelenses.----------Quanto às reuniões com os senhores presidentes de junta, nós tivemos uma primeira e convidámos todos os membros da Assembleia Municipal. O Partido Socialista fez questão de primar pela ausência, o que é significativo. Ou se abstém ou não está. Porque é uma maneira de habilidosamente se desresponsabilizar. Mas nós iremos chamar sempre à liça o Partido Socialista, porque a culpa não vai morrer solteira! Repito e digo de uma vez por todas! Mesmo com artigos sobre o PDM e a importância do PDM para Barcelos, que é evidente que é muito importante, ninguém se deixará de responsabilizar por isso. Isto que fique absolutamente claro e inequívoco.----------Quanto a algumas intervenções que aqui foram feitas, eu comungo, se calhar uma vez sem exemplo, do que o senhor deputado Mário Figueiredo disse, que efetivamente a mobilidade e os transportes públicos são uma importância decisiva para o desenvolvimento de Barcelos.----------Não é por acaso que no início desta semana reunimos com os senhores presidentes das Câmaras de Braga, Guimarães, Famalicão, no sentido de otimizarmos esforços para que a realidade do transporte urbano entre estes quatro municípios seja uma realidade. Porque entendemos que mobilidade é decisiva. Eu costumo dizer, e costumo dizê-lo noutros fóruns, que Barcelos tem uma particularidade absolutamente notável, está a quarenta e cinco minutos dos dois aeroportos internacionais: Porto e Vigo. E esta centralidade tem que ser uma oportunidade. E para ser uma oportunidade nós temos que investir naquilo que é certo. E investir naquilo que é certo é investir na mobilidade, nos acessos que permitem que os nossos empresários, que a nossa população, que os nossos estudantes, que os nossos jovens consigam ter oportunidades que efetivamente estão a fugir. E essa é uma aposta que nós queremos ganhar. Tomei boa nota das suas preocupações que são, acredite, as nossas





preocupações também.-----



-----E relativamente a isso pego outra vez na intervenção do arquiteto Hélder Tomé para lhe falar em obras. A obra do Campo de São José foi uma obra que já vinha do passado também, passado anterior ao Partido Socialista, e que vocês conseguiram fazer uma coisa brilhante, que é: prejudicá-la. Porque a obra que estava prevista previa um parque de estacionamento, que era decisivo e importante para aquela zona, e vocês conseguiram tirar esse parque de estacionamento. É verdade que é assim. Tiraram esse parque de estacionamento e o que é que acontece hoje? Temos ali uma dificuldade acrescida, que quando tivermos o Mercado Municipal em funcionamento não temos uma capacidade de estacionamento, como foi aqui solicitada e pedida pelo senhor deputado António Jardim.----------O senhor deputado Mário Figueiredo falou na questão do subsídio de penosidade e insalubridade. Eu quero-lhe dar a informação de que está a ser pago. Está a ser pago não sei exatamente se desde abril, quando foi a Assembleia Municipal, se desde outubro, quando foi a deliberação ou quando foi a decisão. Vou-lhe saber isso e depois digo-lhe em pormenor. Agora, que está a ser pago, está a ser pago. Os retroativos não lhe posso garantir hoje, mas que está a ser pago não tenho dúvidas nenhumas.----------Como sabe também, esta semana o tribunal veio dar razão à Câmara Municipal no que concerne às quarenta horas semanais e nós estaríamos na disposição, como dissemos aos sindicatos, não teríamos outro remédio também, que se a decisão do tribunal fosse noutro sentido nós naturalmente teríamos de imediato o pagamento das horas dos funcionários. O tribunal deu razão ao município, essa situação está por ora resolvida.-----------Uma última questão. O senhor deputado Nélson Brito fez como destaque, e bem, que as transferências de competências para as juntas de freguesia no ano dois mil e vinte e um foram na ordem dos onze milhões de





euros. Eu quero-lhe dizer que estamos no mês de abril e já fizemos uma
transferência de nove milhões para as freguesias. Portanto, esse número está
muito próximo
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara
O senhor vereador Horácio Barra pediu a palavra para a defesa da honra.
Eu pedia, antes de o fazer, que elucidasse a mesa sobre em que é que a honra
foi ofendida
VEREADOR DO PS – Horácio Barra – Em primeiro lugar, cumprimentar o Senhor
Presidente e a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os demais Vereadores,
os Senhores Deputados e o demais Público
Na intervenção do senhor deputado Alexandrino Ribeiro e do senhor
presidente da Câmara, para além das críticas normais políticas relativamente ao
que está aí em apreço, referiram-se aos vereadores do Partido Socialista e o
senhor presidente inclusive utilizou uma expressão, que está gravada, disse que
não era séria, nem democrática, nem madura a posição dos vereadores do
Partido Socialista
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor vereador, não precisa de continuar, faça
o favor de defender a honra
VEREADOR DO PS - Horácio Barra - Eu gostaria de saber quantos minutos
tenho
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Regimentalmente são três minutos
VEREADOR DO PS - Horácio Barra - Os senhores vereadores do Partido
Socialista, com o figurino legislativo que nós temos, entram nesta Assembleia
mudos e saem calados. E as intervenções só podem ser feitas se for pedido por
algum senhor deputado ou eventualmente em defesa da honra. Daí que às
vezes seja esquisito para as pessoas que nós estejamos assim tão calados de





princípio ao fim.-----

-----Relativamente a esta questão é muito simples. As posições do Partido Socialista e dos senhores vereadores são políticas, aliás, como são as do PSD e da coligação, basta ver a sua declaração de voto desta matéria. E, portanto, há duas formas de resolver isto: envolver os vereadores do Partido Socialista numa prévia discussão do documento ou entregar-lhe um documento fechado, sem hipóteses de alterações. E volto aqui a chamar a atenção do passado, muitas das críticas do PSD, relativamente ao Partido Socialista, era sobre a documentação e a sua entrega atempada, sobretudo em matéria complexa como é este caso. O que não foi também aqui, o documento final, que sofreu, posteriormente à votação, umas correções, não foi apresentado com mais de vinte e quatro horas para apreciação. E perante esse documento fechado os vereadores do Partido Socialista não votam de uma forma cega um documento, porque um documento tem os seus considerandos e tem a sua parte técnica. Nós o que fizemos foi uma apreciação do documento na sua globalidade. Se tecnicamente nada nos impedia de votar favoravelmente - isto não tem nenhuma apreciação relativamente ao executivo do Partido Socialista mas sim ao documento concreto que nos é apresentado –, já quanto aos considerandos temos que dizer que basta às vezes uma simples frase para inviabilizar um voto a favor e não havendo um voto contra só há uma hipótese de ficar aqui no meio, que é através de uma abstenção. Foi o que nós fizemos, abstivemo-nos, é uma posição política, dissemo-lo porquê, fizemos uma declaração de voto, a coligação disseram porque é que votavam a favor, basta também ler a declaração de voto, está tudo perfeitamente claro politicamente. Qualquer outra leitura que seja retirada disto é uma leitura que não é suscetível de ser retirada porque isso não está nem na nossa declaração de voto nem na nossa intenção política e foi também esclarecido aqui pelo nosso grupo municipal.-----





------Portanto, relativamente a isto, eu quero dizer que a posição dos vereadores do Partido Socialista é séria, sempre foi séria e será séria. É democrática porque exercemos o nosso direito legítimo. É madura porque basta ver desde o início deste mandato, nestes seis meses, que temos votado com coerência e tudo aquilo que é matéria em favor de Barcelos nós pomos sempre Barcelos em primeiro lugar e os interesses do Partido Socialista são precisamente coincidentes com esse interesse de Barcelos.----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor vereador.----------Apenas um esclarecimento antes do senhor presidente da Câmara dar explicações se assim o entender.----------Relativamente à situação de estarem calados na bancada são as regras legais, como o senhor vereador sabe. As regras regimentais fazem até com que, no período de antes da ordem do dia, o senhor presidente da Câmara tenha tido aqui pedidos de esclarecimento diretos quando ele não intervém nesse período, os senhores deputados entendem fazê-los mas ele não intervém, também ficou calado. Era isso que me apraz dizer.----------Pergunto ao senhor presidente da Câmara: pretende dar explicações? Não quer dar explicações.----------O senhor deputado Miguel Costa Gomes pediu a palavra para que efeito? Pode explicitar à mesa em que sentido sente que a honra foi ofendida? Senhor deputado, eu estava a tentar perceber, estou a perguntar em que sentido a honra foi ofendida, explicitar à mesa, que eu não me percebi. O senhor vereador Horácio Barra explicitou e o senhor deputado Miguel Costa Gomes está a querer explicitar pontos de vista que são situações políticas. Peço-lhe novamente que explicite à mesa em que sentido a honra foi ofendida e eu darlhe-ei a palavra com todo o gosto... portanto, prescinde da figura regimental





que estava a usar
Está encerrado o debate, vamos avançar para a votação dos
documentos!
Como sabem o senhores deputados, temos aqui dois pontos que fizemos
discussão conjunta e vamos agora proceder à sua votação
Relativamente à discussão e votação dos documentos de prestação de
contas do exercício económico de dois mil e vinte e um, pergunto:
Quem vota contra?
(Três: dois BE, um PCP)
Quem se abstém?
(Dezassete PS)
Quem vota a favor?
(Noventa e oito: trinta e dois PS, trinta e quatro PSD, vinte e um BTF, três
CH, dois TB, dois CDS-PP, quatro IND)
O documento está aprovado por maioria com noventa e oito votos a
favor, dezassete abstenções e três votos contra
Eu informava que relativamente ao ponto seguinte, que é o ponto dois,
vem ao conhecimento da Assembleia e está dispensada a votação naquilo que
respeita ao inventário
O senhor deputado José Rosa está a informar a mesa que o Todos
Barcelos vai apresentar uma declaração de voto escrita
Vou passar ao ponto três: discussão e votação da proposta da Câmara
Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às
Freguesias e Uniões de Freguesias do concelho de Barcelos, no âmbito do
Orçamento Participativo
Estão abertas as inscrições!
Senhor deputado Mário Figueiredo, tenha a bondade de usar da palavra





<b>DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo</b> – Muito obrigado, senhor presidente
O PCP não é um entusiasta dos orçamentos participativos. No momento
que se discutiu o uso deste instrumento apontámos vários aspetos negativos
que os orçamentos participativos comportam, mas, também, reconhecemos
alguns positivos
O anterior executivo optou adotar este instrumento, por isso, façamos
tudo para aproveitar as virtudes que contém e afastar e minimizar ou afastar os
aspetos negativos
A minha intervenção prende-se com a falta de conclusão do projeto
"parque de lazer do Brigadeiro", do cidadão Jorge Lima, que na anterior
Assembleia Municipal manifestou, legitimamente e com razão, o
descontentamento com a situação
Este projeto diz respeito ao orçamento dois mil e vinte, segundo as boas
práticas de execução orçamental deveria ser concluído nesse ano. A obra iniciou
em março de dois mil e vinte e um e ainda não está concluída. Num claro
desrespeito pela população que frequenta o local e que ao longo dos anos
converteu num espaço de lazer um local de excelência, autêntica varanda sobre
Cávado, que estava abandonado e desleixado pelo município
Hoje, fruto desse trabalho da comunidade, é frequentado por muitos
populares e este projeto do cidadão Jorge Lima irá potencializar e valorizar
porque responde às necessidades das populações
Bem sei que a "batata quente" foi herdada por este executivo e pela
junta de freguesia da União Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaínha,
fruto de uma má decisão do anterior presidente de junta que adjudicou a
empreitada e procedeu ao pagamento integral da mesma sem que esta
estivesse concluída – segundo informações que me deram
Bem sei que hoje foram retomados os trabalhos, mas tal, como



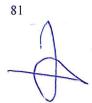
anteriormente, poderá ser sol de pouca dura. Por isso, não retira oportunidade
a esta intervenção. Não devemos desarmar
Certo é que este executivo tomou posse há seis meses, é o dono da obra
delegada à junta, e deveria ter tido uma ação mais firme junto do empreiteiro
Ideias Explícitas – Engenharia e Construção, Lda
A Câmara Municipal deverá ter uma posição mais firme na defesa dos
interesses da população
Deverá exigir a finalização imediata da obra, notificando a empresa e
estabelecer um prazo limite
Não deverá adjudicar empreitadas a esta empresa para não tornar a
correr os mesmos riscos de atrasos absurdos de execução da obra
Não deverá licenciar empreitadas em nome desta empresa protegendo
aqueles que, inocentemente, recorrem aos seus serviços
Estas medidas impõem-se, pois quem aceita a obra, recebe o pagamento
e não a conclui perde credibilidade
Questiono o senhor presidente se está disponível para tomar estas
medidas
Tomem nota da empresa que goza com a população, especialmente
àquela população do Brigadeiro: Ideias Explícitas – Engenharia e Construção,
Lda. Há um ano que goza com a população e goza com aquele espaço de
excelência, que deveria estar ao nosso serviço e não está por este gozo que
irrita
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra o senhor deputado Manuel Vasconcelos, do Partido
Socialista
<b>DEPUTADO DO PS – Manuel Vasconcelos –</b> Excelentíssimo Senhor Presidente
da Assembleia e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara,





Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Deputados, Senhoras e
Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias, Excelentíssimas
Senhoras e Excelentíssimos Senhores
Quanto ao orçamento participativo, congratulamo-nos com a
continuidade da sua implementação
Pelas reações dos cidadãos, pareceu-nos incutir nos mesmos um
interesse especial
É uma forma de incentivarmos os barcelenses a uma participação ativa
na vida do concelho, nomeadamente da sua política
O Partido Socialista implementou o orçamento participativo como
instrumento de gestão de recursos, dedicando-lhe meio milhão de euros em
cada um dos últimos dois anos. E com grande sucesso, considerando as largas
dezenas de projetos que foram apresentados
No documento "Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e
vinte e dois" encontra-se referido, na página quarenta e nove, que "no
orçamento participativo tem inscrita uma verba de trezentos euros". No mesmo
documento, página oitenta e nove, está mencionada uma despesa de cinquenta
mil euros. O que nos oferece dúvidas e expetativas
Aguardamos, para podermos apreciar, a alteração do seu regulamento, a
que este executivo alude no orçamento e grandes opções do plano para dois mil
e vinte e dois, já mencionado
Esperamos que essa possível alteração venha para melhorar
Votaremos a favor
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Segue-se agora, para fazer a sua intervenção, o senhor deputado Migue
Martins, do Bloco de Esquerda
<b>DEPUTADO DO BE – Miguel Martins</b> – Uma vez mais cumprimentando todas e





todos os presentes e os que nos assistem via <i>web</i> na sua pessoa, sennor
presidente
Como não poderia deixar de ser, o Bloco de Esquerda está plenamente
de acordo com a atribuição de comparticipações financeiras às freguesias e
uniões de freguesia no âmbito do orçamento participativo, pelo que irá votar a
favor
Este instrumento é de grande importância, pois permite um maior
envolvimento das e dos habitantes de Barcelos com as decisões políticas,
promovendo a participação cidadã
No entanto, não podemos deixar de lamentar o congelamento da
atribuição de verbas aos projetos vencedores das edições dois mil e vinte/dois
mil e vinte e um
O orçamento participativo não pode ser entendido como uma mera caixa
de sugestões. É necessário que funcione de forma eficaz
Sobre a forma como tem sido desenvolvido, o Bloco de Esquerda
compreende a metodologia, especialmente as reuniões descentralizadas. Mas,
como se verifica nesta situação, é algo que tem que ter sequência com a
concessão de verbas para evitar o que aconteceu nesta questão em particular
Importa ainda atender ao facto de o executivo da coligação não revelar o
futuro do orçamento participativo
Qual o ponto de situação? Qual a metodologia a desenvolver? Qual o
objetivo da Câmara Municipal para com o orçamento participativo?
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palava agora, para uma intervenção, o senhor deputado Miguel
Durães, do Partido Social Democrata
<b>DEPUTADO DO PSD – Miguel Durães –</b> Excelentíssimo Senhor Presidente da





Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias, Senhores Deputados, Comunicação Social e Público hoje aqui presente e que nos segue via Web, boa noite.----------O momento da apreciação deste ponto - concessão/atribuição de comparticipações financeiras às freguesias e uniões de freguesias do concelho de Barcelos no âmbito do orçamento participativo - cria, na nossa ótica, uma vez mais, a oportunidade ideal - respondendo ao Partido Socialista - para demonstrar claramente a distância que nos separa do anterior executivo em matéria de transparência, compromisso, rigor e responsabilidade.-----------A falta de rigor do Partido Socialista nesta matéria está, uma vez mais, patente nesta proposta agora submetida com toda a transparência a votação.---------Uma vez mais, estamos aqui para regularizar o pagamento de comparticipações ou de projetos inacabados que o PS deixou por pagar ou executar há dois anos, quando, inclusive sobre esta matéria em apreço, a lei de finanças públicas obriga ao seu cumprimento escrupuloso podendo haver sempre repercussões dolosas se tal continuasse como ficou. Aliás, segundo o próprio regulamento do executivo anterior, poderiam inclusive ficar prescritos se não estivéssemos atentos e se não fossemos diligentes nesta matéria.---------Todos nós nos lembramos do Dr. Manuel Mota, e outros parceiros do Partido Socialista, quando faziam uma verdadeira propaganda, esta sim panfletária, sobre esta matéria.-----------Mas a verdade é que somos novamente chamados a repor verbas que deixaram por pagar ou a executar projetos que deixaram inacabados. Relembro o que demonstrámos de forma bem clara na anterior Assembleia Municipal. Afinal nós não viemos tirar nada a ninguém. Viemos isso sim trazer mais aos barcelenses e, neste caso do orçamento participativo, dar mais futuro aos





barcelenses, corrigindo erros, inércias e entropias criadas pelo anterior
executivo
Esta bancada parlamentar é a favor do orçamento participativo, não
fosse este uma modalidade de gestão pública fundada na participação direta
dos barcelenses na elaboração e execução do orçamento público municipal,
indicando prioridades para a alocação de recursos e investimentos importantes
para o nosso concelho
No entanto, acreditem, não será como foi até aqui. O ilusionismo não é o
nosso caminho. Também não é a demagogia que hoje assistimos por parte do
Partido Socialista. Não é esse o espírito de missão que carregamos diariamente,
o caminho será sempre com critério, rigor e responsabilidade
Este foi e será sempre o nosso compromisso com todos e todas que
querem um desenvolvimento harmonioso do nosso concelho e com todos e
todas que querem ser feito com a devida transparência, com inspeções e com a
apresentação de todos os emolumentos, inclusive os comprovativos técnicos e
financeiros da realização das despesas decorrentes dos investimentos desejados
pelos barcelenses!
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Última intervenção neste ponto da ordem de trabalhos, o senhor
deputado Tiago Dias, do BTF
<b>DEPUTADO DO BTF – Tiago Dias</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia, Senhora e Senhor Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da
Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros desta
Assembleia, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias,
Senhoras e Senhores Jornalistas, Público aqui presente e quem nos segue via
Web, muito boa noite





No orçamento de dois mil e dezanove, o executivo liderado então pelo PS
propôs a esta Assembleia um item designado por orçamento participativo, no
valor de quinhentos mil euros, destinado a propostas dos nossos concidadãos.
Até aqui tudo bem, todos estivemos de acordo ser uma boa iniciativa com a
participação direta dos barcelenses
No entanto, até à presente data infelizmente tudo correu mal, seja por
inabilidade política, má gestão do processo, desinteresse, ou uma série de
situações que ainda hoje estamos por saber
Já em dois mil e quinze, numa antevisão profética, a afirmação do senhor
Miguel Costa Gomes, na altura presidente da Câmara Municipal, era real,
quando, em entrevista a um jornal local, dizia, e cito: "O orçamento
participativo é uma falácia"
Em vinte e um de junho de dois mil e vinte e um, a deputada do BTF Dra.
Sara Magalhães, aqui presente nesta Assembleia, denunciou isso mesmo, o
projeto era mesmo uma falácia, visto que logo em dois mil e vinte a taxa de
execução dos projetos foi de zero por cento, repito, zero por cento
Se em dois mil e vinte foi assim, em dois mil e vinte e um a história ia
pelo mesmo caminho, repetindo-se com uma taxa de execução baixíssima,
bastando ver que agora vão para aprovação nesta Assembleia três projetos de
dois mil e vinte e seis de dois mil e vinte e um
Minhas senhoras e meus senhores, este projeto mereceu, como sempre,
grandes palcos, outdoors publicitários, palestras, enfim, uma panóplia de
promessas que, mais uma vez, não se cumpriram
Publicitou-se que o de dois mil e vinte e um tinha como tema a
"Felicidade". Uma palavra emocionalmente forte não haja dúvida, mas como
dizia o poeta "palavras leva-as o vento"
Isto vem a propósito porquê? O BTF pretende manifestar aqui a grande



falta de preparação que aquele executivo tinha para alimentar este projeto. E
porquê?
Porque os projetos que foram aprovados para votação foram com
deficiente apreciação técnica, isto antes de serem submetidos;
Os projetos que foram aprovados, na hora da sua execução, depararam-
se com impedimentos objetivos, difíceis de ultrapassar, defraudando, por isso,
quem os propôs e quem neles votou;
Verificou-se uma total falta de responsabilidade e preparação do
executivo para o orçamento participativo, porque logo no primeiro orçamento
cabia à Câmara Municipal de Barcelos a execução desses projetos e esta não
tinha meios de os cumprir
Minhas senhoras e meus senhores, se alguns foram realizados em dois
mil e vinte e um foi graças aos autarcas das nossas freguesias, que se
empenharam nesses projetos, porque senão tinham o mesmo destino a que
foram votados os de dois mil e vinte
Cabe assim a este executivo salvaguardar e não defraudar os barcelenses
que se interessaram com a apresentação das suas propostas e pelos cidadãos
que neles votaram, pois não têm culpa que este projeto fosse mal gerido, como
ele foi
Esta também é uma marca, senhor deputado Hélder Tomé, da
incapacidade viável do executivo do PS em desenvolver, implementar ou
executar projetos para a melhoria do nosso município
As diferenças são objetivas. Hoje, este, respeitou quem tanto se
empenhou em projetos por que lutaram inúmeros barcelenses e não defraudou
as expetativas de quem neles votou
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Encerramos o debate aqui sobre este ponto da ordem de trabalhos. O





senhor presidente da Câmara deseja falar? Faz favor
PRESIDENTE DA CÂMARA – Obrigado, senhor presidente
Renovo os cumprimentos a todos
Só para dar um ou dois esclarecimentos muito breves
Em primeiro – naturalmente e não contestamos isso – o executivo
anterior decidiu entregar a responsabilidade às juntas de freguesia para
realizarem as obras provenientes do orçamento participativo e, portanto,
competia-nos, como fizemos agora, entregar estas verbas para que as obras
fossem executadas
Não sei se o senhor presidente da união de freguesias de Barcelos quer
falar alguma coisa relativamente ao parque de lazer do Brigadeiro, está à
vontade para responder se entender
Relativamente ao parque de lazer do Brigadeiro, nós temos a noção que
efetivamente a verba foi ultrapassada, os cinquenta mil euros foram
ultrapassados, já pagámos mais, através da junta de freguesia os cinquenta mil
e depois a Câmara já atribuiu mais valor. E fizemos um ultimato à empresa para
realizar as obras num curto espaço de tempo. Ele comprometeu-se esta semana
iniciar novamente as obras, penso que começou, e o prazo é muito breve, estou
certo que desta vez vai concluir, vai acabar
Mas isto prova, e daí respondendo ao Bloco de Esquerda, que
efetivamente o orçamento tem que ser alterado, porque não só no primeiro
ano, dois mil e vinte, não foi possível concretizar nenhuma das obras previstas
no orçamento, como depois, em dois mil e vinte e um, muitas das propostas,
outros projetos, e o mais emblemático é o famigerado pomar em Macieira, que
efetivamente, quando na oposição, perguntei ao senhor presidente da Câmara
qual era esse pomar, qual era esse projeto que nunca existiu. Quando cheguei à
Câmara procurei esse projeto nunca existiu, no entanto foi aqui apresentado





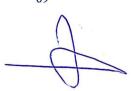
como uma grande bandeira de um grande projeto do orçamento participativo.
Isto só para mostrar que efetivamente há correções que têm que ser feitas.
Iremos ouvir os contributos de todos e convocar todos para encontrar os
melhores contributos para alterar o orçamento participativo de forma a
corresponder a necessidades objetivas da população, que a população se possa
manifestar e depois veja concretizado esses mesmos projetos
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Vamos passar então à votação do ponto três!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Este ponto está aprovado por unanimidade
Ponto quatro: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de
alteração do Mapa de Pessoal do Município de Barcelos
Há inscrições?
Não temos inscrições a registar
Vamos votar este ponto!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Três: dois BE, um PCP)
Esta proposta foi aprovada por maioria com três abstenções
Vamos entrar agora no último ponto da ordem de trabalhos: apreciação
da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade
desta e da situação financeira do município
Inscrições, faz favor!





Senhor deputado Mário Figueiredo, do Partido Comunista Português
<b>DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo</b> – Muito obrigado, senhor presidente
No fundo são três questões que queria colocar e uma mais de
esclarecimento que agora foi suscitado por uma dúvida
A primeira, é que eu reconheço que este executivo e a junta de freguesia
de Barcelos tenham poucas responsabilidades nestes atrasos da conclusão da
obra do parque de lazer do Brigadeiro, mas gostava que o senhor presidente
fosse mais concreto na resposta. Qual é o prazo limite que foi dado ao
empreiteiro que leva uma construção há mais de um ano de uma obra simples?
O prazo limite que foi dado para a conclusão da obra? E se este prazo for
ultrapassado, que medidas é que o executivo pretende tomar junto desta
empresa, como digo, tem gozado irritantemente com a população, para que isto
não se prolongue mais ainda no tempo?
Segunda questão, é perguntar se as obras no Campo São José estão
concluídas. E se estão concluídas, qual o motivo do parque infantil que lá está
localizado ainda não estar aberto, assim como o quiosque, quando é que está
previsto essa abertura e o devolver desses dois equipamentos ao usufruto da
população?
E o terceiro, foi-me agora suscitada uma dúvida que até fiquei um
bocado surpreso, é que o senhor presidente, se eu percebi bem (atenção,
poderia ter percebido mal), disse que havia um projeto no âmbito do
orçamento participativo, que era um pomar em Macieira, que não existe. Como
é que isso foi a votos? Como é que foi colocado a votos? Isso então trata-se de
uma fraude. E eu aí gostava que me esclarecesse ou percebi mal aquilo que foi
dito. Se percebi mal, peço desculpa quer ao senhor presidente, quer aqui à
Assembleia
Muito obrigado





Tama a palaura a sara a sara da sara da Rivera	
Tem a palavra agora a senhora deputada Bruna Teixeira, do Bloco de	
Esquerda	
<b>DEPUTADA DO BE – Bruna Teixeira</b> – Senhor Presidente da Assembleia,	
Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores	
Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Jornalistas, Caro Público	
e a todos os que nos acompanham pela Web, boa noite	
A questão que me traz aqui, mesmo não constando da presente	
informação escrita, é provocada pelo facto do Bloco de Esquerda ter sido	
abordado recentemente sobre um problema que há anos atrás foi grande	
preocupação	
O edifício Panorâmico, em Arcozelo, que em novembro de dois mil e oito	
foi evacuado por alegado risco de ruína, na sequência das patologias detetadas	
por um estudo levado a efeito por uma equipa do departamento de engenharia	
civil da UM	
Esse estudo denunciava a fraca resistência do betão e sublinhava que o	
edifício carecia de obras estruturais avaliadas em mais de um milhão de euros,	OPIA
essencialmente para reforço de pilares, vigas e fundações	6
A Câmara de Barcelos encomendou, entretanto, outro estudo à	Þ
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, que concluiu que o edifício	
tem apenas "pequenos problemas", resolúveis com, no máximo, duzentos mil	
euros	
O município, segundo comunicado, afirmou que o prédio foi alvo de	
obras de recuperação e que as obras foram feitas ao abrigo de um acordo	
celebrado com os condóminos e com a empresa que construiu o edifício para	
"resolução do problema da segurança"	
Em dois mil e doze, os moradores foram, assim, autorizados a regressar	
COPIA	



às suas casas, sem que o imóvel tivesse sofrido quaisquer obras
Posteriormente, a Câmara Municipal executou obras de requalificação e
reforço da rede pública de águas pluviais e de requalificação dos passeios na
zona que confronta com o edifício
Agora chega-nos ao conhecimento que a situação de insegurança e de
incerteza quanto ao futuro do prédio se mantém e foram-nos enviadas fotos
que mostram a contínua degradação do prédio
Os moradores voltam a temer o pior. Nesse sentido, pergunto ao senhor
presidente da Câmara se tem conhecimento destas reclamações e se me sabe
dizer qual o ponto de situação
Uma outra situação que nos inquieta tem a ver com as obras de restauro
do Largo José Novais, em frente á Biblioteca Municipal. Temos visto
recorrentemente e muitas vezes à noite, portanto, fora do período de cargas e
descargas de mercadorias que podiam justificar o facto, carros estacionados
neste espaço de intervenção. Esta é uma situação a tolerar e a aceitar pela
Câmara Municipal ou é para parar imediatamente com esses abusos? As obras
fizeram-se, demoradamente, não foi para que o largo voltasse à mesma função.
Pensamos nós!
Obrigada
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada
Última pergunta à Câmara, o senhor deputado José Rosa, faz favor
DEPUTADO DO TB – José Rosa – Muito obrigado, senhor presidente
Vou direto às questões que na realidade é mais uma questão e meia,
digamos assim. Uma delas, porque fui abordado várias vezes, é na Rua Celestino
Costa, é uma obra que está a ter um grande impacto para a população, muito
mais agora em altura das festividades, é um ponto de entrada muito importante
para o nosso concelho, entrada e saída, e curiosamente no site da Câmara, mas



91

agora também não sei se foi no anterior executivo ou neste, julgo que tem lá um comunicado em outubro, setembro, em que fala numa obra de duzentos e setenta e três mil euros, mais ou menos, e com o horizonte temporal de cento e vinte dias. Muitos de nós estamos habituados a empreitadas e nós, pelo menos lá, quando não é cumprido o SLA são aplicadas multas. Portanto, um mês, um mês e tal, tolera-se, já passou bastante mais que os três meses. Não sei se a informação está incorreta ou não, mas de gualquer forma convinha verificar porque de facto causa imensos constrangimentos e está a tornar o trânsito muito mais caótico a quem usa aquela via.---------A tal meia pergunta, pelo facto do senhor presidente já ter tido a amabilidade de falar um pouco do PDM, acho que é um tema muito importante para ser uma arma de arremesso político, de qualquer forma é uma meia pergunta e uma sugestão. Eu queria só referir que aquelas sessões feitas no São Bento Menni foram interessantes, eu achei imenso interessantes, e sugeria eventualmente novas mas não tanto num cariz técnico, que é um bocadinho aquelas coisas que não dizem tanto à população, mas numa visão mais política. Quais são as opções? Qual é a matriz que a Câmara idealiza para o PDM que é de facto uma ferramenta importantíssima para o desenvolvimento do nosso concelho?-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------Senhor presidente da Câmara, se desejar responder...-PRESIDENTE DA CÂMARA - Renovo os cumprimentos à mesa e a todos os presentes.----------Começar por sossegar ali o senhor deputado Mário Figueiredo. Não há nenhum projeto sobre o pomar, aquilo que aconteceu foi um excesso de linguagem ou de entusiamo de um senhor deputado do Partido Socialista aqui





numa Assembleia Municipal, que terá dito que uma grande obra de um orçamento participativo era um pomar, em Macieira. Foi entusiasmo de linguagem pura e simples. Não há nenhum perigo relativamente a nenhum projeto dessa natureza.----------Relativamente à questão que me coloca do parque de lazer do Brigadeiro, a Câmara Municipal de Barcelos não é a entidade adjudicante, não é a Câmara que tem essa responsabilidade. Nós, de qualquer maneira, com a anuência do senhor presidente da junta da união de freguesias, interviemos no sentido de acelerar o processo e de alguma maneira pressionar a empresa para a realização da obra. Portanto, é este o ponto da situação.----------Quanto à questão do Campo de São José, o parque infantil já teve efetivamente autorização e as certificações para abrir, vai abrir muito brevemente, e julgo que está na contratação já a questão do quiosque para ser concessionado e arrendado para que possa estar operacional.----------Quanto à senhora deputada Bruna Teixeira, o edifício Panorâmico, eu vou-lhe responder por escrito para ser mais rigoroso nas respostas. De qualquer das formas, pese embora não faça parte da informação escrita, terei todo o gosto em responder-lhe naquilo que lhe posso dizer. Fizemos uma visita técnica com os técnicos do município, eu e o senhor vice-presidente, para analisar e na verdade o executivo anterior fez uma obra, e também não me custa nada sublinhar, bem feita, que foi impedir que as infiltrações continuassem e de alguma maneira acentuassem as debilidades que o edifício tinha. E com essa intervenção corrigiram e de alguma maneira estancaram o avolumar do problema. Neste momento, o engenheiro Ferraz está a pegar nas informações que foram vertidas quer pela Faculdade de Engenharia, quer por ele mesmo também, que foi um dos auditores, e vai apresentar um projeto de intervenção que ainda não está quantificado, mas mal esteja feito o projeto iremos



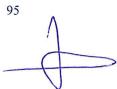
ASSEMBLEIA MUNICIPAL responder com a brevidade necessária.----------Quanto ao Largo José Novais, obviamente que os carros estacionados são para terminar. Relativamente a essa obra, mais uma vez, não é da nossa responsabilidade, porque se fosse por baixo haveria um parque de estacionamento porque era uma necessidade urgente naquela zona ter um parque de estacionamento para que a Rua Direita e os comerciantes tivessem a possibilidade de ter à porta um lugar para os carros poderem estacionar.----------Relativamente à questão da Rua Celestino Costa, apresentada pelo senhor deputado José Rosa, é um facto que a obra resvalou no tempo, é um facto indesmentível, queremos ver se muito breve aquilo fica concluído porque é uma necessidade e é uma urgência termos aquela via completamente livre.---------Relativamente ao PDM, não sei se o senhor vereador quer dizer alguma VEREADOR DO PSD - Carlos Reis - Muito obrigado, senhor presidente.----------Eu não quero acrescentar muito mais em relação àquilo que o senhor presidente da Câmara já disse há pouco, acho que foi bastante claro, mas como o deputado do Partido Socialista fez uma sugestão, acho que merece uma resposta.---------Sendo sério, fazer a sessão não alteraria muito a proposta porque nós já estamos numa fase... a primeira reunião está marcada para o dia nove de maio. Agora, podemos aproveitar essa sessão para explicar a proposta com que ficamos depois do tempo que tivemos para elaborar a proposta. -----E aproveito para acrescentar, àquilo que o senhor presidente da Câmara tinha dito há bocado, que nós não confundimos esse aproveitamento político feito por duas ou três pessoas do Partido Socialista com aquilo que é o Partido Socialista. Há muitos deputados do Partido Socialista e presidentes de junta que sabem muito bem as dificuldades que tivemos na elaboração da proposta,





muitos presidentes de junta que estão a trabalhar connosco na elaboração da proposta. Portanto, essa arma de arremesso político que temos visto tanto na penúltima Assembleia Municipal, como vimos hoje aqui, eu não estava, cheguei depois, e até, em jeito de brincadeira, fui ao bar e disseram: "Bem, já falaram do PDM". E eu até perguntei: "Foi para pedir desculpa?". "Não, foi para fazer uma graçola". Enfim, não é a forma mais correta de gerir um problema que é grave.-------Como disse o senhor presidente da Câmara, decorre da nova Lei dos Solos de dois mil e catorze, tem um Decreto Regulamentar de dois mil e quinze, que o anterior executivo levou à reunião de Câmara em dois mil e dezanove, e que nós herdámos da forma como o senhor presidente já aqui abordou. Nós estamos a tentar fazer o melhor que podemos com aquilo que herdámos e não vamos naturalmente deixar que por chicana política nos passem uma culpa que nós não temos, mas vamos fazer aquilo que nos compete e para o qual fomos eleitos. Portanto, a sua sugestão vai ser aceite, vamos fazer essa ou essas sessões com um cariz diferente, porque já não podemos alterar a proposta, mas aquilo que lhe posso garantir é que conseguimos acolher muitas das sugestões tanto dos senhores presidentes de junta, como de muitos munícipes, e agora vamo-nos bater por estas propostas.----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor vereador.----------Pedia agora a atenção dos senhores deputados para o seguinte:----------Para dar execução imediata às deliberações, propunha a aprovação da ata em minuta.----------Vou colocar à votação!----------Quem vota contra a aprovação da ata em minuta?----------(Ninguém)----------Quem se abstém?-----





(Ninguém)
Está aprovada por unanimidade
Pedia a atenção para mais um ou dois aspetos:
Temos a sessão solene do vinte e cinco de abril, já fiz esse pedido, mas
renovava-o, que os senhores deputados chegassem cedo à sessão, a partir das
nove e trinta, para se credenciarem, que assumissem os seus lugares, não
ocupassem a sala toda porque vai haver uma parte que será para convidados,
são convidados os senhores presidentes de Assembleia de Freguesia que vão
provavelmente sentar-se aí na parte traseira. Portanto, os senhores deputados
que estivessem nos lugares aqui à frente que é para a sessão correr bem
Há uma diretriz agora do governo sobre a obrigatoriedade do uso de
máscaras, está dispensado, de qualquer forma eu ouvi bem a senhora ministra
que disse que em locais de grande concentração de pessoas e locais de difícil
arejamento – e justificou para os três locais que estão obrigados pelo governo –
é recomendado ou mesmo obrigatório o uso da máscara. Eu pedia aqui também
aos senhores deputados, não é uma obrigatoriedade, é uma recomendação,
para estarmos com máscara na sessão, porque vamos ter precisamente grande
concentração de pessoas e o arejamento também do auditório não é, como
sabem, o mais adequado
Em suma, a vossa colaboração para a própria sessão do vinte e cinco de
abril, chegarmos cedo e as coisas correrem da melhor forma
Não tendo mais nada a dizer, declarava encerrada esta sessão da
Assembleia Municipal de Barcelos
Muito boa noite
A sessão terminou às zero horas e dez minutos do dia vinte e três de abril
de dois mil e vinte e dois
Para constar se lavrou a presente ata, que eu. Celestino Linhares da Silva



para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.-----

(Fernando Santos Pereira, Dr.)

O COORDENADOR TÉCNICO

Lefestivo On Capus de Sife,

(Celestino Linhares da Silva)

Apensa-se a esta ata a Recomendação do TB, constituída por uma página,
cuja votação encontra-se inserta na página trinta e quatro
Augusta de cara de Cauda a «Aquinta a singa da garil a ga
Apensa-se a esta ata o Voto de Saudação "Ao vinte e cinco de abril e ao
primeiro de maio", do BE, constituído por três páginas, cuja referência é feita
nas páginas treze, catorze e quinze e a votação encontra-se inserta na página
trinta e quatrotrinta e quatro
-6 <sup>R</sup>
Apensa-se a esta ata a Declaração de Voto do TB relativa ao Voto de
Saudação do BE
-6 <sup>8</sup>
Apensa-se a esta ata a Declaração de Voto do TB atinente ao primeiro
ponto da ordem do dia – discussão e votação dos documentos de Prestação de
Contas do Exercício Económico de dois mil e vinte e um



## ÍNDICE

Ata nº 6 de 22 de abril de 2022

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
05	Período de antes da ordem do dia
10	Moção do PSD, BTF e CDS-PP
34	Moção pela construção do novo Hospital de Barcelos
37	Divulgação dos resultados da votação para a Comissão Consultiva da Revisão do PDM
37	Intervenção do público
41	Período da ordem do dia
41	Discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas do Exercício Económico de 2021 (1º Ponto)
41	Apreciação da proposta da Câmara Municipal relativa à atualização do Inventário do Património Municipal (2º Ponto)
77	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias e Uniões de Freguesias do concelho de Barcelos, no âmbito do Orçamento Participativo (3º Ponto)
87	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração do Mapa de Pessoal do Município de Barcelos (4º Ponto)
87	Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município (5º Ponto)
94	Aprovação do ata em minuto
	Aprovação da ata em minuta

OPIA COPIA C





Aprovade por unavimidade na sessa de 22.04.2020

### Recomendação

O Portugal 2030, fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027, do montante global de 24.182 M€, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo Social Europeu + (FSE+), do Fundo de Coesão, do Fundo de Transição Justa (FTJ) e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA). A sua programação é feita em torno de cinco objetivos estratégicos da União Europeia: uma Europa mais inteligente, mais verde, mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos e é implementado através de 12 programas: quatro de âmbito temático – Demografia, qualificações e inclusão; Inovação e transição digital; Ação climática e sustentabilidade e Mar; cinco Regionais correspondentes às NUTS II do Continente, dois das Regiões Autónomas e um de Assistência Técnica. A estes acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia.

A coesão territorial faz-se com medidas que criem igualdade de oportunidades e com ações concretas e equitativas que permitam a quem mais precisa, ter acesso a mais meios que alavanquem o seu desenvolvimento.

Ao retirar sem justificação plausível o acesso direto de Barcelos ao Portugal 2030 o governo está discriminar negativamente a população Barcelense e está aumentar mais as assimetrias regionais. Não podemos aceitar o argumento de que, perdendo o acesso direto, teremos "direito" a algumas compensações.

Neste sentido, o Grupo Municipal do Todos Barcelos propõe que a Assembleia Municipal de Barcelos na sua reunião de 22 de abril de 2022 delibere:

- 1 Enviar esta recomendação ao ministério da Coesão Territorial e solicitar sua Excia. a Ministra da tutela, Dra. Ana Abrunhosa que reverta a sua decisão de desclassificar Barcelos como centro urbano impedindo assim a sua candidatura direta a fundos comunitários.
- Aribu 2 – Enviar esta recomendação á Assembleia da República para ser distribuída por todos os grupos parlamentares.

Barcelos, 22 de abril de 2022,

O Grupo Municipal do Todos Barcelos

José Rosa

tb@tb-todosbarcelos.pt

Rua Duques de Barcelos, 4750 Barcelos

OPIA COPIA C

### Assembleia Municipal de Barcelos





VOTO DE SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL E AO 1º DE MAIO

O ano de 2022 marca o arranque das celebrações do 50° aniversário da Revolução de Abril, que se assinalarão ao longo de 5 anos (2022 a 2026). É tempo de lembrar a história da resistência à ditadura e ao colonialismo, convocar a memória e a atualidade dos dias da Revolução, de transformação e de esperança que deram origem à democracia portuguesa, e contra a opressão.

Foi através da ação desencadeada pelos Capitães de Abril, apoiada pelo Povo, que se terminou com a ditadura fascista do Estado Novo, que se pôs fim à PIDE, que se acabou com a censura, que se libertaram os presos políticos e que se terminou com a guerra colonial. A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

Entre as conquistas de Abril, desde a saúde, a educação e a habitação, assinalamos com especial atenção, face à proximidade do 1º de Maio, os direitos dos trabalhadores, que permitiram dar lugar a uma maior dignidade para quem trabalha.

Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Hoje, Portugal atravessa um período complexo. Ainda a par com desafios trazidos por mais de 2 anos de pandemia ao nível da saúde, essa mesma pandemia teve consequências para a economia e para os trabalhadores e trabalhadoras. Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular nos preços dos combustíveis e da energia, que tem tido um impacto brutal nos preços de bens essenciais. Por isso, assinalar



o 1º de maio é também momento de exigir a melhoria das condições de trabalho mas, acima de tudo, a valorização dos salários, tanto da função pública (congelados há mais de 10 anos) como do setor privado, dado que a inflação irá, rapidamente, anular os aumentos previstos. É também essencial repor os direitos retirados aos trabalhadores durante o período de intervenção da troika: é necessário tirar do Código de Trabalho as normas por ela impostas, que perduram até hoje, prejudicando as e os trabalhadores. Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno. Defender a memória de Abril é também defender e preservar os direitos conquistados.

O 25 de Abril não é apenas importante como data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a Revolução não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de Abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.

Quando o neoliberalismo e a extrema-direita lançam a sua sombra de regressão política, social e civilizacional, num ataque frontal às conquistas de Abril, manter viva esta celebração é continuar a defender a Constituição da República de Abril. E fazemo-lo em solidariedade e intercâmbio com os povos da Europa e do mundo que hoje enfrentam a mesma ameaça de retorno à barbárie, e a combatem.

No ano em que voltamos a poder celebrar o 25 de Abril de uma forma mais próxima da "normalidade" pré-pandemia, reiteramos a defesa dos valores da liberdade, da democracia e da solidariedade. Porque manter viva a lembrança simbólica desse marco fundador da democracia é, igualmente, continuar a manter viva a luta pela conquista de mais direitos e de uma vida mais justa para todos e para todas.



Assim, a Assembleia Municipal de Barcelos reunida a 22 de Abril de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.°, n.° 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

- 1. Saudar o 48º aniversário da Revolução de Abril, bem como as comemorações do 50º aniversário que decorrerão entre 2022 e 2025, prestando tributo a todas e todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação do Estado social.
- 2. Saudar o 1º de Maio e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.
- 3. Saudar os trabalhadores/as e as populações, particularmente do concelho de Barcelos, que, durante o intenso período pandémico e em defesa da nossa saúde, asseguraram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência, entre outros;

SOPIA COPIA COPIA

-joria copia copia

### Declaração de voto

O TB - TODOS BARCELOS votou favoravelmente o voto de saudação ao 25 de abril e 1 de Maio apresentado pelo BE na assembleia municipal de 22 de Abril de 2022, porque entende que nunca podemos esquecer do significado que essas datas representam para a sociedade e implantação da democracia e liberdade, e pela emancipação e direitos dos trabalhadores.

O TB-Todos Barcelos respeita todos os partidos e forças políticas representadas da Assembleia Municipal pois foram democraticamente eleitas, mas não compreende e repudia quem tem dúvidas em relação aos 17499 dias que o país viveu em ditadura com censura e privação de liberdades e garantias. Não compreendemos como passados quase 50 anos do 25 de abril possa haver quem não esteja 100% confortável com a revolução dos cravos e seja obrigado a refugiar-se numa posição de voto pouco clara e duvidosa.

copia copia

Pelo TB

José Rosa

OPIA COPIA C

### Declaração de voto

O TB-Todos Barcelos votou favoravelmente os documentos de prestação de contas do exercício económico de 2021 pois entende que mais do que falar das contas. Deve e o haver, do saldo e da divida, da receita e da despesa é mais importante falar da dimensão politica e suas opções subjacentes ao documento.

Ás pessoas de uma maneira geral, diz mais as obras e os investimento do que as contas.

Claro que ter contas saudáveis é sempre preferível, mas contas sãs por si só não garantem nada.

Veja-se por exemplo o PS que pasme-se deixou dinheiro nos cofres, diz-se 30 milhões de euros com tantas coisas por fazer.

Todos nós achamos NonSense uma pessoa com dinheiro no banco e que viva em condições precárias.

Do executivo espera-se que gira as contas de forma a honrar os compromissos com parceiros e fornecedores e que obtenha capacidade de financiamento e endividamento para que com razoabilidade efetue investimentos de qualidade e criteriosos. No fundo que aplique bem os recursos financeiros

Ainda estamos no inicio, mas já só restam 3 anos e meio para fazer muito daquilo que se prometeu.

OPIA COPIA C Reconheço a este executivo, intenção e vontade de fazer diferente, reconheço uma forma de fazer política com maior abertura e proximidade, Contudo se me é permitido usar o léxico desportivo, a posse de bola e jogo a meio-campo não chegam nem garantem vitórias. Ao fim de 6 meses, com nova direção, nova equipa técnica e novos jogadores as pessoas querem ver mais futebol de ataque e sobretudo querem ver golos.

Pelo TB-TODOS BARCELOS

José Rosa

OPIA COPIA C





Hora de Abertura: 21h00

# Minuta da ata da sexta Sessão da Assembleia Municipal de Barcelos, realizada em 22 de abril de 2022

Ao abrigo do preceituado no n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do estipulado no n.º 3 do artigo 21.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi deliberado, com vista à sua executoriedade imediata, aprovar em minuta as deliberações desta sessão ordinária, constituindo o presente documento a ata em minuta:

### Período de Antes da Ordem do Dia

Moção «Pela classificação do Município de Barcelos como "Centro Urbano Regional"», apresentada pelo PSD, BTF e CDS – Aprovada por unanimidade

Recomendação apresentada pelo TB - Aprovada por unanimidade

Voto de Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, apresentado pelo BE – Aprovado por maioria com 3 abstenções (CH)

Moção "Pela Construção do Novo Hospital de Barcelos", apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e subscrita por todos os Grupos Municipais – Aprovada por unanimidade

Registaram-se as intervenções dos deputados do: PS, PSD, BTF, CH, TB, CDS-PP, BE e PCP

### Período de Intervenção do Público

Registou-se a intervenção da cidadã Andreia Marisa Barros Silva, que solicitou esclarecimentos ao executivo sobre a construção de um acesso a viaturas na Escola EB1/JI da freguesia de Durrães, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal prestado a respetiva informação.

### Período da ordem do dia

 Discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas do Exercício Económico de 2021;

Aprovado por maioria com 98 votos a favor (34 PSD, 32 PS, 21 BTF, 3 CH, 2 TB, 2 CDS, 4 IND), 3 votos contra (2 BE, 1 PCP) e 17 abstenções (PS)

2. Apreciação da proposta da Câmara Municipal relativa à atualização do Inventário do Património Municipal;

Apreciado conjuntamente com a Prestação de Contas

50PIA COPIA COPIA



Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias e Uniões de Freguesias do concelho de Barcelos, no âmbito do Orcamento Participativo:

Aprovado por unanimidade

Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração do Mapa de Pessoal do Município de Barcelos;

Aprovado por maioria com 3 abstenções (2 BE, 1 PCP)

5. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município;

Verificaram-se as intervenções do PCP, BE e TB e os respetivos esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara Municipal

As 00h10 do dia 23 de abril de 2022 foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a sessão.

FERNANDO SANTO

Eu, Celestino Linhares da Silva, Coordenador Técnico, a subscrevi.

O Presidente da Assembleia,

(Fernando Santos Pereira, Dr.)

SOPIA COPIA COPIA

JOPIA COPIA COPIA